



**MINISTÉRIO DA SAÚDE  
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

**ATA DA CENTÉSIMA QÜINQUAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE  
SAÚDE – CNS**

**ITEM 1 – ABERTURA** – Aos onze, doze e treze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e cinco, no Plenário “Omlton Visconde”, do Conselho Nacional de Saúde, localizado no Ministério da Saúde, Bloco G, Edifício Anexo, 1º andar, ala B, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a Centésima Qüinquagésima Reunião Ordinária do Conselho Nacional da Saúde (CNS). O Ministro da Saúde, **Humberto Sérgio Costa Lima**, procedeu à abertura dos trabalhos da reunião, dirigindo-se ao Plenário nos seguintes termos: “Inicialmente, bom dia a todos os Conselheiros e Conselheiras. Gostaria de dar boas-vindas a todos, desejar um feliz ano novo e que, em 2005, nós possamos avançar mais no que diz respeito à Política de Saúde no país. Esse ano, nós pretendemos dar continuidade ao projeto definido para o Ministério da Saúde até 2006, que foi objeto de discussão do Conselho, de aprovação da 12ª Conferência Nacional de Saúde, com ênfase em dois pontos muito importantes, que passaram a ser, inclusive, prioridade não só do Ministério da Saúde, mas do Governo como um todo. As prioridades apresentadas em 2003 e em 2004 permanecem. Os principais programas continuarão a serem implementados, enfatizando, como uma ação de governo, os temas: acesso ao serviço com qualidade e a boa aplicação dos recursos da saúde no país. Sobre o primeiro tema, nós estamos lutando e procurando construir caminhos para que a população tenha acesso aos serviços com qualidade. Nós já falamos várias vezes sobre o diagnóstico que fizemos do SUS, que consiste em um sistema marcado por muitas contradições, sendo a principal delas: de um lado, serviços que podem ser considerados de excelência, programas que funcionam com eficiência e eficácia, e, do outro lado, os gargalos e problemas graves concernentes ao atendimento de urgência, à atenção básica e, principalmente, ao acesso à assistência especializada. Isso não significa que vamos deixar de lado outras grandes preocupações. Esse ano, nós vamos trabalhar incisivamente a promoção à saúde. No próximo mês, nós iremos apresentar ao Conselho a proposta de política denominada “Saúde Brasil”, que está em consonância com a declaração mundial, feita pela OMS, com o apoio do Brasil, de estímulo à atividade física e à alimentação saudável. Esse será um dos principais pontos a serem trabalhados em 2005, mas não há dúvidas que a questão da assistência é um aspecto que necessita de uma resposta importante. Para isso, é necessário a sensibilização do sistema como um todo e a contribuição decisiva dos atores responsáveis pelo controle social. Em 2004, nós iniciamos a implantação do QUALISUS e, neste ano, nós queremos levá-lo a todas regiões metropolitanas e grandes hospitais de urgência e emergência do Brasil, como uma das estratégias desse processo de enfrentamento dos gargalos na área do atendimento especializado. Nós lançamos no estado de Goiás o Projeto “Fila Zero”, que é voltado para garantir o atendimento às cirurgias eletivas de média complexidade, tentar zerar as filas que existem em diversas áreas, ampliando o Projeto dos Mutirões e, acima de tudo, tentar construir uma nova cultura de atenção à saúde da população no que diz respeito a todos os atores: usuários, prestadores e trabalhadores da área da saúde. Nesse sentido, nós vamos precisar da colaboração ativa do Conselho Nacional de Saúde, que deverá ser um agente importante nesse processo de mudanças, contribuindo, principalmente, para a construção desses caminhos. Aqui, volta os velhos problemas das filas, da demora para se conseguir um exame ou uma consulta especializada, enfim, todos esses problemas que nós já conhecemos sobejamente. É nosso intuito, inclusive, concluir um projeto, até meados do mês de fevereiro, que apresente diagnóstico desses problemas no Brasil, para que possamos atuar de forma focalizada, com uma ação interministerial. Nós vamos precisar, por exemplo, do apoio do BNDES e do Banco do Brasil para implementar as políticas de informatização e civilização das filas, de racionalidade na prestação do atendimento da população, que implica, inclusive, em recursos. Nós precisaremos da participação ativa da coordenação política do governo para que possamos aprovar, no Congresso Nacional, projetos que são importantes, como o Código de Defesa dos Usuários do SUS, para dar aos usuários a possibilidade de exercer com mais intensidade um controle sobre a qualidade dos serviços de saúde que são prestados. Além disso, serão necessárias ações conjuntas com o Ministério da Educação. Enfim, a idéia é que esse projeto de governo traga mudanças, no mínimo, de médio prazo, que possam melhorar o acesso da população aos serviços e, ao mesmo tempo, garantir melhor qualidade na prestação de serviço. O tema qualidade vai ser um dos nossos focos nesses dois últimos

anos de governo e achamos que é uma temática extremamente justa. A outra prioridade diz respeito à aplicação dos recursos. Nós sabemos que o Brasil continua gastando pouco com saúde, em comparação a outros sistemas de saúde. Além disso, sabemos que esses gastos obedecem a uma forma de distribuição muito iníqua. Há desigualdades injustas que começamos a enfrentar, mas ainda de maneira muito lenta, até mesmo por conta da enorme carência dos estados e municípios. Todavia, temos que começar a rediscutir a alocação de recursos, considerando como referência outros aspectos importantes e, ao mesmo tempo, a limitação de recurso. O governo federal tem feito grande esforço no sentido de cumprir a legislação...*interrupção*...nós já vamos ter executado a Emenda nº 29. Até o final de dezembro já terá havido a execução dos valores da Emenda nº 29. Em dezembro de 2004, faltava computar alguns valores que estavam para serem executados, sendo que faltava apenas R\$ 5.000.000 para o pleno cumprimento da EC nº 29. Além disso, nós tivemos recursos extras da EC nº 29 para a implantação do Programa Farmácia Popular, o que vai acontecer novamente em 2005, pois o governo comprometeu-se em garantir os gastos definidos pela EC nº 29 e decidiu trabalhar a regularização da EC nº 29 em 2005. Por outro lado, o espetáculo dantesco da conclusão do trabalho de algumas prefeituras no Brasil, nos mostra, também, como muitos gestores não têm cumprido, de forma responsável, as suas responsabilidades constitucionais e legais no que diz respeito à garantia do acesso da população aos serviços de saúde. Há desvio e má aplicação de recursos, os contratos do PACs e do PSF são desfeitos na última hora, levando a desassistência da população e sabemos que nada acontece a essas pessoas que não cumpriram a sua responsabilidade com a saúde da população. Por isso, nós queremos que 2005 seja o ano de luta para um gasto de melhor qualidade no Sistema de Saúde. Para isso, nós elaboramos o Projeto de Monitoramento da Aplicação dos Recursos, que já foi apresentado, inclusive, ao Conselho. Essa também será uma política de governo e vai envolver a Controladoria Geral da União, vários ministérios, que, inclusive, estão propondo a implantação de sistemas descentralizados nas suas respectivas áreas, como é o caso do Ministério da Justiça e do Ministério da Assistência Social. Nós acreditamos que o Projeto de Monitoramento, Controle e Avaliação é um avanço, pois estabelece um processo de acompanhamento dos gastos dos recursos descentralizados. É evidente que não queremos ter uma ação meramente de fiscalização, pois desejamos, acima de tudo, ter uma ação que permita corrigir problemas como deficiência na gestão, falta de informação, entre outras. De tal forma, é preciso que haja uma legislação capaz de apenar aqueles que não cumprem com as suas obrigações legais e constitucionais no que diz respeito à saúde. Por essa razão, estamos trabalhando com a idéia de implementação de uma lei de responsabilidade sanitária, nos moldes da lei de Responsabilidade Fiscal, que, de fato, responsabilize os gestores públicos pelo descumprimento do que a Constituição e as leis na área da saúde determinaram como sua responsabilidade. Fora isso, nós sabemos que teremos um ano marcado por muitos desafios. Queremos, novamente, investir no fortalecimento do controle social, pois nenhuma dessas ações pode ser viabilizada se não tivermos Conselhos de Saúde - Municipais, Estaduais e Nacional – fortes, com condições para contribuir nesse esforço. Por último, eu gostaria de comunicar formalmente ao Conselho Nacional de Saúde a indicação do Dr. **Antônio Alves** para Secretário-Executivo do Ministério da Saúde. A sua nomeação saiu há duas ou três semanas e ele vem exercendo esta função, desde então. De qualquer forma, gostaria de formalizar que ele agora exerce esse papel e já tem demonstrado, nos primeiros dias, que tem capacidade para exercê-lo. Era isso que eu queria colocar. Eu não posso permanecer, porque tenho uma audiência agora com o Ministro **José Dirceu**. O Dr. **Antônio Alves** vai me substituir, inclusive, respondendo a eventuais questionamentos sobre a minha explanação. Contudo, caso haja alguma questão emergencial, eu posso responder. Obrigado.”

Conselheira **Graciara Matos de Azevedo** cumprimentou o Ministro e fez uso da palavra para falar sobre a questão da abertura de novos cursos na área da saúde. Destacou que há mais de dois anos o CNS discute, de forma intersetorial, com a participação do Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde e do Ministério da Educação, via Conselho Nacional de Educação, esse assunto, sob vários eixos, dentre eles, o da prerrogativa do SUS em ordenar a formação dos recursos humanos da área da saúde e da participação do CNS nesse processo. Apesar disso, registrou que foi surpreendida com a Portaria do Ministério da Educação, do dia 29 de dezembro de 2004, que reabriu o protocolo do MEC para abertura de novos cursos. Disse que essa iniciativa dificulta o processo de construção de consenso sobre a matéria e, a propósito, solicitou ao Ministro da Saúde que contribuísse no sentido de dar continuidade ao processo de debate intersetorial acerca do tema, de forma a possibilitar a conclusão da definição dos critérios para a abertura de nossos cursos. Em resposta à intervenção da Conselheira **Graciara Matos de Azevedo**, o Ministro da Saúde, **Humberto Sérgio Costa Lima**, manifestou-se nos seguintes termos: “Eu acredito que a Dra. **Maria Luiza Jaeger** pode se pronunciar sobre essa matéria. Nós temos acompanhado de perto essa discussão e eu tenho feito questão de colocar para o pessoal da área de gestão do trabalho e formação na área da saúde que nós temos que construir essas ações a partir de uma política de entendimento. O Ministério da Educação tem suas prerrogativas e, como nós, não abre mão delas. Nós temos resolvido uma série de questões por meio do diálogo. Recentemente, nós estabelecemos o processo de instituição de residência

118 multiprofissional de bolsas para residências médicas e foi instituído um grupo de trabalho conjunto para  
119 estabelecer todas essas discussões. Mas nós temos que estabelecer de forma concreta esse  
120 relacionamento dentro de um clima de entendimento. O MEC foi sensível em vários momentos, em  
121 relação a questões, inclusive, a respeito da solicitação, que foi feita e depois renovada, de suspensão de  
122 abertura de novos cursos de medicina durante um certo tempo. Mas esse Ministério possui demandas  
123 acumuladas e há cobranças em relação aos processos anteriores a entrada do Ministro **Tarso Genro**.  
124 Inclusive, não há entendimento comum até porque a legislação não deixa muito claro se o  
125 posicionamento do Conselho Nacional de Saúde é imperativo ou é meramente consultivo. Todas essas  
126 questões têm que serem levadas em conta para se construir esse entendimento. Eu tomei conhecimento  
127 dessa portaria que foi editada e, naturalmente, nós também estamos preocupados, mas a SEGETS já  
128 discutiu algumas questões e, na semana seguinte, nós vamos fechar uma posição comum e ver como  
129 poderemos construir esse entendimento. É importante frisar isso, porque tem sido dito, por parte do  
130 Ministério da Educação, e com uma certa razão, que, de fato, a atribuição das ações educacionais, em  
131 última instância, pertence a ele. Com isso, nós temos que tentar construir com debate, principalmente, os  
132 consensos. Então, na sequência, a Dra. **Maria Luiza** pode apresentar informe mais detalhado sobre essa  
133 questão. Eu preciso me retirar devido à audiência. O Dr. **Antônio Alves** vai assumir. Até logo e um bom  
134 trabalho.” Na sequência, Conselheira **Maria Luiza Jaeger** informou que a Portaria citada pela Conselheira  
135 **Graciara Matos** reabriu o protocolo do MEC para abertura de novos cursos. Esclareceu que, na semana  
136 subsequente, seria realizada reunião com a CIRH, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação,  
137 para tratar sobre os critérios para a abertura de novos cursos na área da saúde. Além disso, explicou  
138 que, a partir do debate intersetorial entre os Ministérios da Saúde e da Educação, seriam publicados três  
139 decretos presidenciais, o primeiro instituindo trabalho permanente entre os Ministérios da Educação e da  
140 Saúde sobre as questões concernentes à formação; o segundo, garantindo a possibilidade de residência  
141 para outras profissões, além da médica; e o terceiro, determinando a possibilidade de concessão de  
142 bolsas para residentes e setores indutores custeadas pelo Ministério da Educação. Conselheiro  
143 **Francisco das Chagas Monteiro** chamou a atenção para a importância de o Ministério da Saúde tomar  
144 providências a respeito das faculdades privadas de medicina que não possuem espaços para  
145 capacitação e treinamento de seus docentes e utilizam a estrutura do setor público para isso, em  
146 detrimento dos alunos da rede pública. Conselheira **Maria Luiza Jaeger** explicou que a Universidade de  
147 Pelotas, a Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade de São Paulo estavam concluindo a  
148 avaliação dos cursos de medicina no país e, a partir do resultado desse trabalho, seriam estabelecidos  
149 critérios para abertura de novos cursos, sendo um deles a definição dos espaços para formação e  
150 serviços. Disse que os pedidos de abertura de novos cursos na área da saúde, aprovados pelo CNE no  
151 final de 2004, seguindo o trâmite e os critérios anteriores, não foram assinados e estavam parados no  
152 Gabinete do Ministro da Educação, aguardando a definição dos novos critérios de abertura. Conselheira  
153 **Graciara Matos de Azevedo** informou que o MEC publicou uma Portaria, definindo que as escolas com  
154 pedidos de abertura de novos cursos em tramitação nesse Ministério, aguardando autorização e que  
155 estivessem ministrando os cursos, seriam penalizadas. Nesse sentido, perguntou se a SGTs está  
156 acompanhando esses pedidos que estão em tramitação no MEC. Conselheira **Maria Luiza Jaeger**  
157 informou que o Ministério da Saúde solicitou ao MEC o envio de lista dos processos concernentes às  
158 quatorze profissões da saúde, que se encontram em tramitação. **Sobre essa matéria, o Plenário decidiu**  
159 **que a oficina para a definição dos critérios para abertura de novos cursos deverá ser realizada no mês**  
160 **de janeiro de 2005 e os seus resultados pautados para debate na Reunião Ordinária de fevereiro de**  
161 **2005. APROVAÇÃO DE ATA – Não havendo destaques, a Ata da 148ª Reunião Ordinária do Conselho**  
162 **Nacional de Saúde foi aprovada por unanimidade. ITEM 2 – PROCESSO ELEITORAL DO CONSELHO**  
163 **NACIONAL DE SAÚDE – Os Conselheiros Fernando Luiz Eliotério, Luiz Augusto Martins e Neimy Batista**  
164 **assumiram a coordenação dos trabalhos e definiram a dinâmica para o debate da proposta de**  
165 **Regimento Eleitoral do CNS. O Conselheiro Luiz Augusto Martins fez a leitura da proposta de**  
166 **Regimento, elaborada pelo Grupo de Trabalho do CNS, com base nos debates ocorridos na 149ª**  
167 **Reunião Ordinária, enquanto isso, os Conselheiros faziam destaques ao texto. Após a leitura,**  
168 **Conselheiro Francisco das Chagas Monteiro fez uso da palavra para solicitar que fossem colocadas em**  
169 **discussão as cartas enviadas pelo Sr. Omilton Visconde Júnior e pelo Conselheiro Ciro Mortella,**  
170 **representante da Confederação Nacional da Indústria no CNS, que tratam sobre a proposta de**  
171 **composição do CNS, discutida na 29ª Reunião Extraordinária do CNS, realizada nos dias 14 e 15 de**  
172 **outubro de 2004. Sobre esse assunto, foi deliberado que o mesmo seria apreciado após a discussão da**  
173 **alteração do Decreto sobre a composição do CNS. Seguindo esse encaminhamento, foi aberta a palavra**  
174 **para apresentação e debate dos destaques ao Capítulo I, que versa sobre os objetivos do Regimento**  
175 **Eleitoral, artigo 1º. Conselheiro Jesus Francisco Garcia propôs que a proposta de Regimento**  
176 **esclarecesse, de forma mais detalhada, o que é entidades e movimentos representativos ou fizesse**  
177 **referência ao Decreto de composição do CNS, que trata da matéria. Conselheira Maria Thereza**  
178 **Mendonça Rezende, considerando que a proposta de Regimento Eleitoral não serviria de base apenas**

para as eleições de 2005, sugeriu que as datas propostas fossem modificadas para dias úteis, a exemplo de 15 de abril de 2005 que passaria a 11º dia útil de abril. Também sugeriu que o artigo 1º fizesse referência à Resolução nº 333, de 4 de novembro de 2003 e ao Decreto de composição do CNS e que fosse suprimida a palavra “representativas” do trecho “das entidades representativas dos trabalhadores de saúde”. Conselheira **Maria Natividade Santana** fez uso da palavra para explicar que, legalmente, “as entidades representativas dos trabalhadores da saúde” eram apenas os sindicatos e as federações. Assim, disse que era preciso excluir a palavra “representativa”, de forma a contemplar as demais representações do segmento dos trabalhadores de saúde (associações, confederações e conselhos de classe), conforme prevê a Resolução nº 333/03. Conselheiro **Luiz Fernando Silva** enfatizou a necessidade de rever a data de 15 de abril de 2005, sexta-feira, para a realização da eleição, tendo em vista a necessidade de reservar dias úteis para a apresentação de recursos à votação. Além disso, ressaltou que a Reunião Ordinária do CNS de abril de 2005, agendada para os dias 12, 13 e 14, seria prejudicada se fosse realizada às vésperas da eleição. **Após essas considerações, Conselheira Neimy Batista consultou o Plenário se havia divergência em relação à proposta de fazer referência à Resolução nº 333/03 e ao Decreto, que definirá a composição do CNS no caput do artigo 1º. Não havendo posições contrárias, a proposta foi acatada.** Na sequência, abriu-se o debate sobre as demais propostas apresentadas ao Capítulo I: excluir a palavra “representativas” do *caput* do artigo; e trabalhar na perspectiva de que a Proposta de Regimento sirva de referência para outros processos eleitorais, não só o de 2005, substituindo, assim, as datas apresentadas no documento por dias úteis. Conselheiro **José Caetano Rodrigues** enfatizou que a representação do segmento dos trabalhadores de saúde também era feita pelos Conselhos Profissionais, por isso, sugeriu a manutenção da palavra “representativas”, na perspectiva de se garantir a participação dessa categoria. Conselheiro **Alexandre de Oliveira Fraga** defendeu a manutenção das datas, conforme proposta original, por entender que, mesmo servindo de base para outras eleições, a proposta de Regimento teria de ser revista, a fim de se adequar datas e outros aspectos pertinentes. Conselheira **Maria Natividade Santana** disse que o Regimento Interno teria que ser conciso, apresentando critérios e diretrizes gerais para o processo eleitoral e os aspectos específicos (datas, entidades, entre outros) deveriam constar no edital de convocação. Contudo, tendo sido feita a opção pelo formato apresentado, sugeriu que as datas fossem incluídas nas disposições transitórias. Além disso, explicou que a manutenção da palavra “representativa” poderia trazer implicações legais, haja vista que sindicatos, confederações ou conselhos de classes teriam a possibilidade de impetrar mandado de segurança, anulando a articulação e a atual organização do segmento dos trabalhadores de saúde. Conselheiro **Francisco das Chagas Monteiro** disse que a representação do CNS devia ser definida conforme a Lei nº 8.142, de 28 de novembro de 1990, que define que o CNS é órgão colegiado composto por representantes de quatro segmentos: governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários. Conselheiro **Jesus Francisco Garcia** sugeriu que a proposta de Regimento Eleitoral fizesse referência à Lei nº 8.142/90, contemplando a preocupação do Conselheiro **Francisco das Chagas**. Conselheiro **Francisco das Chagas Monteiro** explicou que a Lei nº 8.142/90 define quatro segmentos que compõem o CNS e a proposta de Regimento Eleitoral cita apenas três. Conselheiro **Luiz Augusto Martins** explicou que o segmento dos gestores não foi citado no artigo 1º, porque não participaria do processo eleitoral, em função de suas vagas serem preenchidas por indicação. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, endossou a proposta de definir as datas do processo eleitoral no edital de convocação, na perspectiva de apresentar um Regimento Interno que sirva de base para outras eleições do CNS. Por outro lado, lembrou que o CNS tinha autonomia para rever o Regimento para a próxima eleição, de acordo com a conjuntura e as experiências acumuladas. Conselheira **Maria Natividade Santana** sugeriu a supressão do trecho “para a escolha dos segmentos representativos” do Parágrafo Único do artigo 1º. Conselheiro **José Caetano Rodrigues** disse que se sentia contemplado com a referência feita, no *caput* do artigo 1º, ao Decreto, que definirá a composição do CNS e à Resolução nº 333/03. **De tal forma, Conselheira Neimy Batista apresentou a proposta de redação para o caput do artigo 1º, conforme as sugestões apresentadas pelos Conselheiros: “Este Regimento tem por objetivo normatizar a Eleição das Entidades e Movimentos Representativos dos Usuários, dos Representantes das Entidades de Trabalhadores de Saúde e de Prestadores de Serviços de acordo com o Decreto de composição do CNS e a Resolução nº 333 de 2003, que comporão o Conselho Nacional de Saúde para um mandato de 3 (três) anos, que será realizada no dia 15 de abril de 2005.” A nova redação foi aprovada, com exceção da data para a realização da eleição.** Em seguida, abriu o debate da proposta de o Regimento Eleitoral descrever as datas na forma de período (dias úteis) e os dias específicos serem descritos no edital de convocação. Conselheira **Maria Thereza Mendonça Rezende** esclareceu que a proposta era definir no Regimento Eleitoral o período (dias úteis) para a realização das eleições e, no edital de convocação, as datas específicas. Conselheiro **Crescêncio Antunes Neto** disse que o Regimento Eleitoral deveria apresentar diretrizes gerais para o processo eleitoral e, nesse sentido, sugeriu a inclusão da palavra “até” antes de todos os períodos para a realização das eleições, que constariam no Regimento. Com isso, não seria necessário as disposições

transitórias no corpo do Regimento. Conselheiro **Alexandre de Oliveira Fraga** disse que a palavra “até” não poderia ser incluída antes dos prazos para apresentação de recursos, a fim de evitar problemas. Além disso, destacou que o GT definiu datas para várias etapas do processo eleitoral, assim, a mudança para períodos acarretaria em árduo trabalho. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, explicou que o processo eleitoral seria regulado por três instrumentos: Decreto de Composição do CNS; Regimento Eleitoral; e Edital de Convocação. Assim, o fato de o GT ter trabalhado na lógica de elaborar um Regimento Eleitoral, que servisse como instrumento de convocação das eleições, não inviabilizava a proposta de o Regimento Eleitoral definir as regras e de o edital de convocação chamar à eleição e definir as datas das etapas do processo. Assim, sugeriu que as datas do processo fossem definidas e ajustadas à medida que fossem discutidos os artigos da proposta de Regimento. Conselheira **Neimy Batista** acrescentou que o GT elaborou uma minuta de calendário eleitoral, que poderia ser reformulada, a partir da lógica de um Regimento Eleitoral com caráter permanente, que serviria de base para regular outras eleições do CNS, mas podendo ser adequado à conjuntura do momento. **Feito esse esclarecimento, houve consenso sobre a proposta de definir no Regimento Eleitoral o período para a realização da eleição do CNS e no edital de convocação, os dias.** Conselheira **Maria Thereza Mendonça Rezende** informou que apresentaria o calendário eleitoral, elaborado pelo segmento dos trabalhadores, que define períodos para as etapas do processo. **O Plenário acatou a proposta apresentada pela Conselheira Maria Natividade Santana de supressão do trecho “para escolha dos segmentos representativos” do Parágrafo Único, artigo 1º.** Em seguida, foi aberta palavra para apresentação dos destaques concernentes ao Capítulo II, que dispõe sobre a comissão eleitoral, artigo 2º. Conselheira **Rosane Maria Nascimento** apresentou nova redação ao § 1º, do artigo 2º, nos seguintes termos: “Ficam impedidos de serem indicados como Conselheiros, pelas entidades eleitas para o CNS, aqueles que participarem como membros da comissão eleitoral para o mandato em questão”. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, concordou com a proposta de redação apresentada ao § 1º, entretanto, disse que era necessário deixar claro na redação que os membros da comissão eleitoral são inelegíveis, mas as entidades representadas por eles não estão impedidas de participar do processo eleitoral. Conselheira **Maria Leda de R. Dantas** sugeriu que a palavra “membros” fosse substituída por “pessoas”. **A sugestão da Conselheira Maria Leda foi acatada.** Conselheiro **Crescêncio Antunes Neto** endossou a proposta de redação, apresentada pela Conselheira **Rosane Nascimento**, por entender que resolvia a contradição entre o *caput* do artigo 2º, que determinava que a comissão eleitoral fosse designada pelo CNS, e o seu § 1º, que prevê a indicação de pessoas, pelas entidades e movimentos para compor essa comissão. Conselheiro **Francisco das Chagas Monteiro** discordou do mérito do § 1º, por entender que não deveria haver restrições à participação dos representantes da comissão eleitoral, indicados pelas entidades ou movimentos, no processo eleitoral. Conselheira **Rosane Maria Nascimento** discordou da colocação do Conselheiro **Francisco das Chagas**, defendendo que os integrantes da comissão fossem inelegíveis. **Não havendo consenso, foi constituído um grupo para elaborar nova redação para o § 1º a ser submetida à apreciação do Plenário.** Conselheiro **Wander Geraldo da Silva** manifestou-se contrário ao mérito do § 2º, por entender que, na apreciação de matéria pela comissão eleitoral que dissesse respeito a um segmento, não deveria ser impedida a manifestação e deliberação do representante do segmento envolvido sobre a matéria, mas sim, do representante do subsegmento interessado. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, explicou que o § 2º, a exemplo do § 1º, visava dar maior credibilidade à comissão eleitoral, impedindo que seus membros votassem matérias de interesse do segmento. Conselheiro **Alexandre de Oliveira Fraga** também discordou do mérito do § 2º, por entender que a comissão eleitoral, ao ser referendada pelo CNS, estaria apta a manifestar-se sobre qualquer matéria relativa ao processo eleitoral. Por essa razão, propôs a supressão do parágrafo. Conselheiro **Francisco das Chagas Monteiro** lembrou que o CNS seguia a lógica de escolha de entidades ou movimentos e não de pessoas, assim, disse que deveriam ser inelegíveis as entidades ou os movimentos que participassem da comissão eleitoral. Conselheiro **Luiz Fernando Eliotério** explicou que a intenção do GT, ao elaborar o § 2º, era garantir que os subsegmentos, que iriam compor a comissão eleitoral, não se manifestassem e votassem matéria de interesse do seu segmento. Conselheiro **Artur Custódio Sousa** ratificou a proposta de supressão do § 2º e sugeriu que fosse registrado o entendimento do Plenário do CNS que, por uma questão ética, as entidades ou movimentos não deveriam participar do processo de apreciação e votação de matéria de interesse de seu segmento. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, explicou que era necessário registrar essa questão no Regimento Eleitoral, para evitar questionamentos e problemas futuros. De tal forma, propôs a inclusão de um item, no artigo 3º, que defina as competências da comissão eleitoral, dispondo sobre o posicionamento da comissão diante da apreciação e votação de matéria de interesse do segmento dos seus integrantes. Conselheiro **Francisco das Chagas Monteiro** registrou novamente a sua discordância com o mérito do § 2º, justificando que eram eleitas entidades e movimentos e não pessoas, logo, deveriam ser inelegíveis as entidades e os movimentos participantes da comissão eleitoral. Conselheiro **Carlos Alberto Duarte** disse que seria importante discutir a questão levantada pelo Conselheiro **Francisco**

**das Chagas.** Conselheiro **Wander Geraldo da Silva** ratificou a proposta de incluir inciso no artigo 3º sobre o posicionamento da comissão eleitoral a respeito da apreciação e votação de matéria de interesse do segmento dos seus integrantes. Conselheiro **Francisco Batista Júnior** ressaltou que seria importante aprofundar o debate sobre a questão levantada pelo Conselheiro **Francisco das Chagas**, por entender que a definição de que as entidades e movimentos integrantes da comissão eleitoral seriam inelegíveis, e isso dificultaria a formação da comissão. Destacou que, assim sendo, as entidades do segmento dos trabalhadores, por exemplo, não participariam da comissão eleitoral, pois desejavam disputar vaga no CNS. Conselheira **Maria Leda de R. Dantas** disse que nessa discussão também deveria ser tratado o artigo 10, que define como se dará a escolha das entidades e movimentos que irão compor o Conselho. Conselheiro **Crescêncio Antunes Neto** registrou que a gestão do processo eleitoral seria de competência da comissão eleitoral e não do Pleno do Conselho, que é parte do processo. Além disso, destacou que compete ao Pleno compor a comissão eleitoral, indicando pessoas de ilibada conduta ética e imparcialidade para a condução do processo, o que evitaria eventuais problemas. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, enfatizou que era preciso definir regras para composição e funcionamento da comissão eleitoral. Diante das considerações do Plenário, Conselheira **Neimy Batista** apresentou as seguintes propostas de encaminhamento: **a) reformulação do § 1º; b) supressão do § 2º; e c) inclusão de § 3º**, que trata sobre o agir ético da comissão eleitoral. Não havendo consenso sobre a matéria, o Plenário decidiu suspender os trabalhos e retomar o debate no período da tarde. Conselheira **Neimy Batista** retomou os trabalhos e abriu a palavra para manifestação dos Conselheiros a respeito do artigo 2º. Conselheiro **Francisco Batista Júnior** apresentou a seguinte proposta de encaminhamento: manutenção do § 1º, contemplando a redação apresentada pela Conselheira **Rosane Nascimento**; e supressão do § 2º. Conselheiro **Francisco das Chagas Monteiro** discordou da proposta apresentada pelo Conselheiro **Francisco Batista Júnior**, por entender que era antidemocrática e interveniente, já que impedia a participação dos integrantes da comissão eleitoral no processo eleitoral. De tal maneira, defendeu a supressão do § 1º. Conselheiro **Francisco Batista Júnior** respondeu que a sua proposta era democrática, pois possibilitava às entidades a indicação, de comum acordo, dos participantes da comissão eleitoral. Conselheiro **Carlos Alberto Duarte** disse que, para resolver essa polêmica, o CNS poderia indicar para participar da comissão eleitoral entidades ou movimentos que não tenham interesse em participar do processo eleitoral do CNS. Além disso, enfatizou a importância de avançar no debate da proposta e propôs que, diante da falta de consenso, a matéria fosse colocada em votação. Seguindo esse encaminhamento, Conselheira **Neimy Batista** fez verificação de quórum e colocou em votação as seguintes propostas: **1) manutenção do § 1º, considerando as sugestões apresentadas pelos Conselheiros e supressão do § 2º; e 2) supressão dos §§ 1º e 2º. A proposta número 1 recebeu dezenove votos. A proposta número 2 recebeu quatro votos. Houve uma abstenção.** Conselheiro **Francisco das Chagas Monteiro** declarou que votou pela supressão dos §§ 1º e 2º porque seriam eleitas entidades ou movimentos para compor o CNS, e não pessoas, assim, as pessoas que compusessem a comissão, a exemplo das entidades ou dos movimentos, também deveriam ser elegíveis. A Conselheira **Neimy Batista** registrou que não participou da votação, porque estava na condição de suplente, assim como o Conselheiro **Fernando Luiz Eliotério**. Na sequência, apresentou a nova redação do § 1º do artigo 2º, que, após ajustes, foi aprovada nos seguintes termos: **“As entidades e movimentos que indicarem pessoas para comporem a comissão Eleitoral são elegíveis. As pessoas que compuserem a referida comissão estarão impedidas de serem indicadas por suas entidades para o mandato em questão”**. Definido esse ponto, foi aberta a palavra para apresentação de destaques ao artigo 3º, que dispõe sobre as competências da comissão eleitoral. Conselheira **Rosane Maria Nascimento** sugeriu a supressão do inciso II do artigo 3º, por entender que a competência de baixar normas e instruções para regular o processo eleitoral era do Plenário do CNS e não da comissão eleitoral. Conselheira **Noemy Yamaguishi Tomita** endossou a proposta de supressão do inciso II, por entender que estava contemplado no artigo 27, que delega à comissão a competência de resolver os casos omissos no Regimento. Conselheiro **Fernando Luiz Eliotério** disse que a comissão eleitoral atuaria de forma independente em relação ao Conselho e, no decorrer do processo, certamente teria de baixar normas e instruções. Conselheiro **Carlos Alberto Duarte** ressaltou que a competência da comissão eleitoral era resolver os casos omissos no Regimento e não baixar normas e instruções para regular o processo eleitoral. Nesse sentido, manifestou-se pela supressão do inciso II, do artigo 3º e pela manutenção do artigo 27. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, explicou que o objetivo do inciso era atribuir à comissão eleitoral a competência de aplicar o Regimento. Nesse sentido, propôs que a redação do artigo fosse reformulada nesses termos. Conselheiro **Crescêncio Antunes Neto** ratificou a proposta de supressão do inciso II, por considerar que a competência de baixar normas e instruções era do Conselho. **Não tendo sido defendida a proposta de reformulação da redação do inciso II, Conselheira Neimy Batista submeteu à votação do Plenário a proposta de supressão do inciso II, que foi aprovada com 24 votos favoráveis e uma abstenção.** Definido esse ponto, foi aberta a palavra para a apresentação dos destaques ao Capítulo III, que dispõe sobre as entidades eleitoras, artigo 4º. Conselheira **Rosane Maria Nascimento**

sugeriu que os Capítulos III e VI fossem transformados em um, tendo como título “das entidades eleitoras e das candidaturas”. Além disso, apresentou nova redação ao artigo 5º nos seguintes termos: “Poderão participar e se candidatar para participar do processo eleitoral do Conselho Nacional de Saúde as Entidades e Movimentos de Usuários, as Entidades de Trabalhadores de Saúde de Prestadores de Serviços de Saúde, de âmbito geral e representação nacional, previstas na Terceira Diretriz, no item III, da Resolução nº 333/03, do Conselho Nacional de Saúde e no Decreto de composição do CNS, e que tenham atuação em, pelo menos, três Regiões Geográficas do país.” Além disso, apresentou emenda ao Parágrafo Único nos seguintes termos: “(...) as sociedades e academias, que representem especialidades”. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, sugeriu que os Capítulos III e IV fossem mantidos separados, porque tratavam de matérias distintas. Conselheira **Maria Leda de R. Dantas** sugeriu a substituição da expressão “de âmbito geral”, *caput* do artigo 5º, por “âmbito nacional”. Conselheiro **Ary Paliano** propôs que fosse definido como critério para candidatura a atuação das entidades e movimentos em, no mínimo, duas Regiões do país, ao invés de três, na perspectiva de não dificultar a participação das entidades indígenas no processo eleitoral. Conselheiro **José Caetano Rodrigues** sugeriu que, no artigo 4º, fosse definido o número de eleitores por entidades ou movimentos. Conselheiro **Carlos Alberto Duarte** disse que seria importante avaliar melhor a situação dos povos indígenas, a fim de evitar impedimento legal na sua inscrição. Além disso, sugeriu que fosse incluído no Regimento um item relativo ao número de votos a que cada segmento teria direito. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, enfatizou a importância de manter separados os Capítulos III e IV, que tratavam de matéria distinta, ou seja, quem pode participar do processo e quem quer se candidatar, haja vista que algumas entidades poderiam querer participar do processo, sem interesse de disputar vaga. Diante desse argumento, Conselheira **Rosane Maria Nascimento** retirou a proposta de junção dos Capítulos III, das Entidades Eleitoras e IV, das Candidaturas. Na sequência, a Conselheira **Neimy Batista** abriu o debate sobre as questões levantadas pelos Conselheiros: entidades eleitoras e abrangência das entidades ou movimentos (atuação em duas ou três regiões). Conselheiro **Francisco das Chagas Monteiro** defendeu que as entidades eleitoras também pudessem ser candidatas. Além disso, ressaltou que o critério de atuação em, pelo menos, três regiões do país era restritivo e, a propósito, perguntou em que o GT havia se pautado para defini-lo. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, explicou que a comissão considerou como entidade nacional aquela com atuação em, pelo menos, três regiões geográficas do país e decidiu não entrar na abrangência nos estados. Disse que a intenção do GT era definir critérios de abrangência permeáveis e amplos, que atendessem a todos, evitando, assim, “cláusulas de barreiras”, que tratam de itens específicos para atender determinado segmento. Assim, entendia ser o critério de atuação em três regiões do país como o mais viável para habilitar as entidades eleitoras e candidatas. Conselheiro **José Caetano Rodrigues** enfatizou que seria importante explicitar no Regimento que todas as entidades habilitadas teriam direito a voto. Conselheiro **Ary Paliano** explicou que o movimento indígena não possuía entidades de âmbito geral e representação nacional, assim, no termos do Regimento, ficaria excluído do processo. Por isso, sugeriu que fosse incluída ressalva, determinando que, no caso do movimento indígena, as entidades teriam que ter atuação em, no mínimo, duas regiões do país. Conselheiro **Carlos Alberto Duarte** sugeriu que fosse incluído parágrafo no Regimento, determinando que, no movimento de patologias, não haverá duplicidade de votos, ainda que os segmentos de uma mesma patologia ou deficiência tenham posições distintas. Conselheira **Cibele de Mello Osório** lembrou que a Resolução nº 333/03 define que a representação de órgão e entidades terá como critério a representatividade, a abrangência e a complementaridade do conjunto das forças sociais no âmbito de atuação do Conselho. Conselheiro **Francisco das Chagas Monteiro** defendeu que as entidades ou movimentos eleitores também pudessem candidatar-se a participar do processo eleitoral do Conselho. Conselheiro **Volmir Raimondi** destacou que já existiam critérios para registro de entidades nacionais e manifestou preocupação com a criação de barreiras para habilitação das entidades ou movimentos no Regimento que poderão ser legalmente questionadas. Conselheiro **Ciro Mortella** defendeu que o Regimento Interno fosse o mais amplo e inclusivo possível para evitar ações jurídicas que poderiam enfraquecer o CNS. Conselheiro **Wander Geraldo da Silva** ressaltou que o processo eleitoral possibilitaria a participação da sociedade na definição da composição do Conselho, contudo era preciso definir salvaguardas jurídicas para o CNS. Disse que o critério de atuação em, pelo menos, três regiões do país para candidatura não era restritivo, comparando-se a outras instâncias, a exemplo do Conselho das Cidades, que define como entidade nacional aquela com atuação em, pelo menos, quatorze Estados. Além disso, enfatizou que era preciso definir o que fazer no caso de um segmento ter três ou quatro eleitores, diante da restrição que as entidades de uma mesma categoria teriam direito a um único voto. Conselheira **Maria Leda de R. Dantas** enfatizou que não era possível tratar de forma semelhante o segmento de portadores de deficiência e patologia e o movimento indígena, pois o primeiro referia-se a grupos e o segundo a povos e nações. Conselheira **Neimy Batista** informou que, para elaborar a proposta de Regimento, o GT utilizou experiências de processo eleitoral como parâmetro e contou com a participação de um representante do



Ministério Público. Conselheiro **Carlos Alberto Duarte** explicou que a intenção do Fórum Nacional de Entidades de Defesa dos Portadores de Patologias e Deficiências, ao definir que os segmentos de uma mesma patologia devem discutir entre si e indicar uma única entidade para votar e ser votada, era evitar a divisão do movimento de patologias e garantir maior representatividade no CNS, evitando várias representações de uma mesma patologia. Acrescentou que, diante das manifestações de alguns Conselheiros, essa não era uma questão de consenso no segmento dos usuários e, assim, sugeriu que houvesse um intervalo para que o segmento se reunisse e definisse posição sobre a matéria. **A mesa acatou a solicitação e suspendeu os trabalhos temporariamente.** Após o intervalo, Conselheira **Neimy Batista** reabriu o debate sobre os pontos polêmicos em relação aos Capítulos III e IV. Conselheiro **Carlos Alberto Duarte** informou que o segmento de usuários definiu que não deveria haver cláusula de restrição para as entidades eleitoras e candidatas, assim, todas as entidades aptas a votar, ainda que fossem de uma mesma patologia, poderiam candidatar-se para disputar vaga no CNS. Acrescentou, ainda, que essa regra deveria ser aplicada ao segmento dos trabalhadores de saúde, garantindo-se, desse modo, a participação das associações que representam especialidades no processo eleitoral. Conselheira **Graciara Matos de Azevedo** defendeu que, no segmento dos trabalhadores de saúde, somente as entidades nacionais pudessem participar do processo eleitoral e candidatar-se. Conselheiro **Francisco Batista Júnior** defendeu que todas as entidades participantes do processo fossem aptas a votar e serem votadas. Nessa perspectiva, enfatizou que seria necessário esforço dos segmentos para trabalhar o processo eleitoral na perspectiva de acordos e consensos. Conselheiro **Crescêncio Antunes Neto** disse que deveriam ser consideradas entidades nacionais de trabalhadores de saúde: os sindicatos, as associações e os conselhos. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, explicou que o GT definiu o critério de atuação em três regiões do país, com base na atual situação das entidades, de forma a contemplar todos os segmentos. Esclareceu, ainda, que o Parágrafo Único, do artigo 5º, foi definido para garantir a candidatura de entidades nacionais e de âmbito nacional e não de âmbito específico (especialidades). Conselheira **Rosane Maria Nascimento** acrescentou que o Parágrafo Único atendia à especialidade do segmento dos trabalhadores, assim, disse que, se fosse para atender uma especificidade do segmento dos usuários, também deveria ser definida cláusula de barreira. Além disso, reforçou o entendimento que as associações que representam especialidades estariam representadas pelas entidades nacionais e, por essa razão, não deveriam disputar vaga no Conselho. Ressaltou, ainda, que muitas categorias, representadas pelo segmento dos trabalhadores de saúde, possuíam várias especialidades. Diante desses argumentos, defendeu a manutenção do Parágrafo Único. Conselheira **Neimy Batista** enfatizou que o GT utilizou a definição “entidade de âmbito geral e de caráter nacional” para caracterizar a entidade apta a participar do processo. Feito esse esclarecimento, consultou o Plenário se havia discordância a respeito da manutenção do critério de atuação em três regiões do país para candidatura das entidades. **Não tendo havido posição contrária, o critério de atuação em três regiões do país foi mantido.** Na sequência, foi aberta a discussão sobre o Parágrafo Único do artigo 5º. Conselheira **Graciara Matos de Azevedo** manifestou-se favorável à suspensão do Parágrafo Único e registrou a necessidade de assegurar o cumprimento da Resolução nº 333/03. Conselheiro **Francisco Batista Júnior** esclareceu que o Parágrafo Único era dirigido a todas as categorias da área de saúde que possuem várias especialidades. Na perspectiva de definir regras únicas para todos os segmentos, ratificou a proposta de suprimir o Parágrafo Único, contanto que fosse incluído um parágrafo, determinando que as entidades candidatas a participar do processo eleitoral seriam as de âmbito geral e caráter nacional. Conselheira **Maria Thereza Mendonça Rezende** ratificou a proposta de supressão do Parágrafo Único e propôs a inclusão de um novo parágrafo, definindo o que é entidade de âmbito geral e representação nacional. **Considerando que não houve proposta contrária, Conselheira Neimy Batista colocou em votação a proposta de supressão do Parágrafo Único do artigo 5º, que foi aprovada com 25 votos a favor e uma abstenção.** Informou que o Conselheiro **Fernando Luiz Eliotério** participou da votação, porque o conselheiro titular não estava no Plenário. Na sequência, abriu o debate sobre a definição de entidade de âmbito geral e representação nacional. Conselheira **Rosane Maria Nascimento** solicitou que fosse feito um regaste da discussão do GT a respeito da matéria. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, explicou que o critério de âmbito geral foi definido para habilitar entidades que não fossem específicas e, entendendo que seriam necessários outros critérios para caracterizar as entidades como tal, definiu o artigo 8º, que dispõe sobre os documentos a serem apresentados no ato da inscrição. Além disso, informou que o GT promoveu amplo debate sobre a situação das associações e das sociedades científicas. Diante das explicações da Secretária-Executiva, Conselheira **Rosane Maria Nascimento** destacou que era preciso debater os artigos 4º e 5º concomitantemente ao artigo 8º. Conselheira **Neimy Batista** explicou que o GT não conseguiu avançar na conceituação de entidades de âmbito geral e representação nacional. Conselheiro **Moisés Goldbaum** propôs que fosse incluído artigo, definindo critérios para o credenciamento das sociedades científicas. Conselheiro **Francisco das Chagas Monteiro** defendeu que o Regimento definisse regras e critérios gerais, evitando especificidades, que, na sua visão, poderiam abrir precedentes para contestações



jurídicas. Conselheiro **Francisco Batista Júnior** disse que era preciso definir um critério de habilitação que garantisse a participação de entidades do movimento de patologias e deficiências, que representem especialidades e, por outro lado, vetasse a participação de associações, no segmento dos trabalhadores, que representem especialidades. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, explicou que o GT considerou legítimo, se necessário, incluir cláusulas de barreira no Regimento, na perspectiva de ordenar o processo eleitoral. De tal forma, disse que era possível incluir mais uma cláusula para contemplar a especificidade do segmento dos usuários. Conselheiro **Carlos Alberto Duarte** explicou que a preocupação do Fórum Nacional de Entidades de Defesa dos Portadores de Patologias e Deficiências era similar a do segmento de trabalhadores de saúde: evitar que várias entidades representantes de uma mesma patologia tenham assento no CNS, prejudicando a diversidade de representações. Conselheiro **Francisco Batista Júnior**, considerando as especificidades dos segmentos dos usuários e dos trabalhadores de saúde, apresentou nova proposta de redação para o *caput* do artigo 4º nos seguintes termos: “Poderão para participar do processo eleitoral do Conselho Nacional de Saúde todas as Entidades e Movimentos de Usuários e as Entidades de Profissionais de Saúde (...)” Por outro lado, disse que era preciso verificar se essa redação não complicaria a participação de entidades gerais de trabalhadores, a exemplo da CNTSS, que congrega diversos profissionais de saúde. Conselheira **Maria Thereza Mendonça Rezende** enfatizou que a preocupação é definir critérios para manter a diversidade de representações do Conselho. Conselheiro **Francisco das Chagas Monteiro** explicou que as entidades médicas defendiam a manutenção de uma vaga para a representação das entidades nacionais dos médicos no Conselho e não para especialidades médicas. Por essa razão, ratificou a proposta do Conselheiro **Francisco Batista Júnior** de incluir no artigo 4º a expressão “entidades de profissionais de saúde”. Conselheiro **Alexandre de Oliveira Fraga** disse que a inclusão da expressão “entidades de profissionais de saúde” não atendia à particularidade do segmento dos trabalhadores da saúde. Citou, por exemplo, o caso das áreas de fisioterapia e terapia ocupacional, que, apesar de serem duas áreas distintas, se organizavam em uma mesma entidade. Na sua visão, a redação apresentada pelo Conselheiro **Francisco Batista Júnior** permitiria a qualquer entidade de especialidade assegurar a sua participação no processo eleitoral, por meio de mandado de segurança. Ressaltou, ainda, que a 12ª Conferência Nacional de Saúde e a Resolução nº 333/03 definiram as entidades que podem participar do processo eleitoral, representando os profissionais de saúde. Conselheira **Neimy Batista** apresentou a seguinte proposta de redação para o artigo 5º, buscando atender a problemática colocada: “Poderão participar do processo eleitoral todas as Entidades e Movimentos de Usuários, as Entidades de Trabalhadores de Saúde e de Prestadores de Serviços, de âmbito geral - e não específico e/ou por especialidades - e de representação nacional (...)”. Conselheiro **Wander Geraldo da Silva** apresentou a seguinte Questão de Ordem: o artigo 5º versa sobre a candidatura dos três segmentos (usuários, trabalhadores de saúde e prestadores) e o debate está centrado no segmento dos profissionais de saúde. Além disso, afirmou que a proposta de redação apresentada impedia a participação de representantes de usuários da área de patologias, de trabalhadores rurais e de associações de moradores, que possui caráter específico. **Diante dessa Questão de Ordem, a mesa retirou a proposta.** Conselheira **Graciara Matos de Azevedo** manifestou preocupação com os caminhos do debate, por entender que, a cada momento, se distanciava das normas já estabelecidas, a exemplo da Resolução nº 333/03. Feita essa consideração, defendeu a substituição do termo “trabalhadores de saúde” por “profissionais de saúde”, conforme definido pela Lei nº 8.142/90. Conselheiro **Francisco Batista Júnior** disse que era preciso trabalhar na lógica da construção de consensos e da inclusão, o que, no seu entendimento evitaria polêmicas como a instaurada. Conselheira **Silvia Marques Dantas** fez uma reflexão sobre a importância de as entidades representantes de uma mesma patologia definirem, por consenso, uma representação para o CNS, construindo uma aliança política por segmento e garantindo a diversidade de representações. Assim, ponderou sobre a viabilidade de incluir questões específicas no Regimento, por entender que não contribuía para o processo de construção política nos segmentos. Conselheira **Maria Leda de R. Dantas** disse que as restrições engessavam o processo democrático, logo, não deveriam constar no Regimento. Por esse motivo, sugeriu que o debate fosse centrado na Resolução nº 333/03. Conselheiro **José Caetano Rodrigues** enfatizou a importância de constar no Regimento um item, contemplando a preocupação do segmento dos trabalhadores de evitar a participação, no processo eleitoral, de associações que representem especialidades. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, disse que, apesar de serem legítimas, as eventuais cláusulas de barreiras do Regimento poderiam ser derrubadas, levando a eleição a ser resolvida na justiça. Além disso, esclareceu que a eleição para a escolha das entidades e dos movimentos que irão compor o Conselho será feita por meio de plenária de segmentos, o que possibilitaria a definição de consensos. E, caso necessário, a escolha se fará por voto secreto, sendo eleitos aqueles que obtiverem, no mínimo, 10% dos votos do segmento no qual esteja concorrendo. Considerando a preocupação do Plenário em garantir a representatividade do CNS, sugeriu que fossem eleitos os movimentos e as entidades que obtivessem, no mínimo, 20% dos votos do segmento no qual esteja concorrendo.

Conselheiro **Francisco Batista Júnior** discordou da proposta apresentada pela Secretária-Executiva do CNS, por entender que facilitaria a disputa e eleição de associações que representem especialidades. Assim, apresentou a seguinte proposta de redação para o *caput* do artigo 5º: “Poderão se candidatar para participar do processo eleitoral do Conselho Nacional de Saúde as Entidades e Movimentos Nacionais de Usuários, as Entidades Nacionais e Gerais de Profissionais de Saúde e de Prestadores de Serviços, previstas na Terceira Diretriz, no item III, da Resolução nº 333/03, do Conselho Nacional de Saúde e no Decreto de composição do CNS(...)”

Conselheiro **Carlos Alberto Duarte** disse que era preciso definir que as entidades e movimentos nacionais de usuários, para se candidatar, também teriam de ter um caráter geral. Sugeriu a inclusão de um parágrafo, definindo o que se entende por entidades de caráter geral. Conselheiro **Francisco Batista Júnior** discordou da proposta, por entender que as Entidades e Movimentos Nacionais de Usuários, diferentemente das Entidades de Profissionais de Saúde, não teria de ter um caráter geral, haja vista a existência de entidades que representam especificidades (renal, diabetes, etc.). Conselheiro **Luiz Fernando C. Silva** solicitou que a nomenclatura “prestadores de serviços” fosse substituída por “prestadores de serviços de saúde”, atendendo a Resolução nº 333/03. Conselheiro **Fernando Luiz Eliotério** explicou que o GT utilizou a definição “prestadores de serviços”, atendendo a Lei nº 8.142/90. Conselheiro **Luiz Fernando C. Silva** enfatizou que era preciso definir qual legislação a ser utilizada como base para o debate da proposta de Regimento: a Lei nº 8.142/90 ou a Resolução nº 333/03. Além disso, explicou que a definição “prestadores de serviços” possibilitaria a participação de entidades de prestadores de serviços, que não são da área da saúde. Conselheiro **Francisco das Chagas Monteiro** manifestou preocupação com o fato de o CNS estar trabalhando na lógica da maioria e não por consenso, o que dificultava avançar no debate. Conselheiro **Artur Custódio de Sousa** sugeriu que o *caput* do artigo 5º explicitasse a regra geral sobre a candidatura das entidades e movimentos para o processo eleitoral e que os segmentos dos usuários e dos trabalhadores de saúde apresentassem propostas de redação para parágrafos que contemplassem as suas respectivas especificidades. No caso do segmento dos usuários, explicou que existe mais de uma entidade nacional representando uma mesma patologia e, a propósito, apresentou a proposta de inclusão de parágrafo nos seguintes termos “No segmento dos usuários, as entidades e movimentos nacionais de uma mesma patologia ou deficiência concorrerão a uma única vaga e terão direito a um voto”. Conselheiro **Ciro Mortella** propôs que os segmentos apresentassem as salvaguardas para proteção das vagas definidas, conforme a nova composição do CNS. Conselheiro **José Caetano Rodrigues** endossou a proposta de inclusão de parágrafos, contemplando as excepcionalidades dos segmentos dos usuários e dos trabalhadores da saúde. Conselheiro **Luiz Fernando C. Silva** fez uso da palavra para defender, novamente, a substituição do termo “prestadores de serviços” por “prestadores de serviços de saúde”, conforme a Resolução nº 333/03. Em resposta, Conselheiro **Fernando Luiz Eliotério** enfatizou que a Resolução nº 333/03 fala em “prestadores de serviços privados conveniados ou sem fins lucrativos”. Conselheiro **Francisco Batista Júnior** discordou das intervenções dos Conselheiros **Francisco das Chagas** e **Ciro Mortella**, enfatizando que, apesar de reconhecer a importância do debate ocorrido no CNS até o momento, era preciso avançar para uma etapa mais democrática e mais representativa e que o interesse corporativo legítimo das entidades não se configurava em uma disputa para “defender” as vagas. Endossou a proposta de incluir dois parágrafos, um para definir o que é entidade de caráter geral e outro para contemplar a particularidade do segmento dos usuários. Conselheira **Maria Leda de R. Dantas** sugeriu que os segmentos levantassem as suas salvaguardas, a serem incluídas no Regimento e que esse debate fosse retomado no segundo dia de reunião. Conforme encaminhamento, Conselheira **Neimy Batista** suspendeu os trabalhos do primeiro dia de reunião, tendo sido acordado que os segmentos dos usuários e dos trabalhadores de saúde apresentariam proposta de redação para os parágrafos que contemplariam as suas especificidades. No segundo dia de reunião, os Conselheiros **Luiz Augusto Martins** e **Moisés Goldbaum** assumiram a coordenação dos trabalhos, retomando o debate, iniciado no dia anterior, sobre o Regimento Eleitoral. Conselheiro **Moisés Goldbaum** recuperou que, em relação ao artigo 5º, o Plenário aprovou a supressão do Parágrafo Único e encaminhou no sentido de manter o *caput* e incluir dois parágrafos, contemplando as especificidades dos segmentos dos usuários e dos trabalhadores de saúde. Na sequência, abriu a palavra para manifestações do Plenário. Conselheiro **Carlos Alberto Duarte** explicou que um grupo de Conselheiros reuniu-se, após o término da reunião, para debater as polêmicas levantadas em Plenário e, depois de ampla discussão, chegou a seguinte definição para entidades de âmbito geral: são aquelas que, no seu âmbito de atuação, representam um conjunto de especialidades ou especificidades. Feita essa apresentação, solicitou que os Conselheiros se manifestassem sobre essa definição. Conselheira **Silvia Marques Dantas** apresentou as seguintes sugestões ao artigo 5º: constar no *caput* “entidades e movimentos nacionais”; e incluir dois parágrafos, um contemplando a preocupação do segmento dos trabalhadores de evitar a participação de associações que representem especialidades; e outro, contemplando a redação proposta pelo Conselheiro **Artur Custódio** “No segmento dos usuários, as entidades e movimentos nacionais de uma mesma patologia ou deficiência concorrerão a uma única vaga e terão direito a um voto”. Na sua visão,

essas propostas atendiam às preocupações dos Conselheiros de garantir a diversidade e a representatividade do Conselho. Conselheira **Maria Natividade Santana**, a propósito do artigo 5º, sugeriu que a expressão “as entidades de âmbito geral e representação nacional”, fosse substituída por “entidades nacionais gerais”, a fim de evitar interpretações equivocadas. Conselheiro **Francisco Batista Júnior** disse que era fundamental estabelecer princípios e regras para o processo eleitoral, sem cercear a participação das entidades. Nesse sentido, propôs a manutenção da redação do *caput* do artigo 5º e a inclusão de dois parágrafos, um contemplando as especificidades do segmento dos usuários e o outro explicando o que se entende por entidade geral. Conselheiro **Francisco das Chagas Monteiro** chamou a atenção para a falta de acordo político entre os Conselheiros, o que, na sua visão, prejudicava a qualidade dos debates no âmbito do Conselho. Disse que era preciso refletir sobre o processo de votação da Resolução nº 333/03, que, demonstrou uma fratura do Plenário, agravada, no seu entender, pela aprovação da proposta da nova composição do CNS. Nesse sentido, considerando a complexidade do debate, disse que seria importante refletir a respeito do processo de escolha dos atuais Conselheiros e da necessidade de acordo político interno para resolver as polêmicas. Conselheira **Maria Leda de R. Dantas** endossou a proposta de redação apresentada pela Conselheira **Maria Natividade** “entidades nacionais gerais”, por entender que evitaria interpretação adversativa (nacional ou geral) do trecho “de âmbito geral e representação nacional”. Conselheiro **Moisés Goldbaum**, diante das preocupações a respeito de eventual interpretação adversativa da expressão “de âmbito geral e representação nacional”, sugeriu a sua substituição por “entidades gerais de profissionais de saúde de caráter nacional”. Não havendo outras propostas, **submeteu à votação do Plenário a seguinte proposta de redação para o caput do artigo 5º: “Poderão se candidatar para participar do processo eleitoral do Conselho Nacional de Saúde as Entidades e Movimentos Nacionais de Usuários, as Entidades Gerais de Profissionais de Saúde, de caráter nacional e as Entidades de Prestadores de Serviços de Saúde, previstas na Terceira Diretriz, no item III, da Resolução nº 333/03, do Conselho Nacional de Saúde e no Decreto de composição do CNS, e que tenham, no mínimo, 2 (dois) anos de existência e atuação em, pelo menos, 3 (três) regiões geográficas do país.” A proposta de redação foi aprovada com dezenove votos a favor, dois contrários e uma abstenção.** Conselheiro **Ciro Mortella** solicitou declaração de voto para registrar que é contrário a qualquer tipo de restrição no processo eleitoral. Na seqüência, foi aberta a palavra para manifestações a respeito do parágrafo, que contempla a particularidade do segmento de usuários. Conselheiro **Carlos Alberto Duarte** reapresentou a proposta de redação para o parágrafo: “§ 1º - As entidades e movimentos Nacionais de uma mesma patologia ou deficiência concorrerão a uma vaga das sete definidas no Decreto de composição do CNS e terão direito a um voto.” Conselheiro **Francisco Batista Júnior**, apesar de ser matéria vencida, retomou o *caput* do artigo 5º, para propor que o termo “profissionais de saúde” fosse substituído por “trabalhadores de saúde”, a fim de não alijar do processo eleitoral categorias que não são reconhecidas como profissionais, mas que fazem parte do processo produtivo na área da saúde. Além disso, solicitou que fosse reapresentada a proposta de redação do parágrafo, definindo o que se entende por entidades gerais. Conselheiro **Francisco das Chagas Monteiro** disse que, apesar de reconhecer como importante o acordo a respeito da utilização do termo “trabalhadores de saúde” ao invés “profissionais de saúde”, o registro de uma nomenclatura no Regimento diferente da expressa na Lei nº 8.142/90 poderia acarretar questionamentos legais, que prejudicariam o processo eleitoral. Conselheira **Geusa Lelis Dantas** disse que se sentia contemplada pelo *caput* do artigo 5º e considerou que não era necessário incluir parágrafo, definindo o que se entende por entidades gerais. Conselheira **Maria Natividade Santana** lembrou que, à época do debate acerca da Lei nº 8.142/90, os trabalhadores de saúde defendiam que contasse na referida Lei a expressão “trabalhadores de saúde”, mas a visão elitista do governo à época vetou a expressão e a substituiu por “profissionais de saúde”. Enfatizou que, além dos aspectos jurídicos, era preciso considerar outras questões para se avançar no debate. A Técnica da Secretaria-Executiva do CNS, **Adalgiza Balsemão**, destacou que a Resolução nº 333/03, na Terceira Diretriz, define que o CNS será composto, dentre outros, por “entidades de trabalhadores de saúde” e não “entidades de profissionais de saúde”. Conselheira **Maria Leda de R. Dantas** enfatizou que o Conselho tem que refletir sobre o momento atual da sociedade brasileira e o estágio de avanço no que se refere à construção do SUS. Defendeu a substituição do termo “profissionais de saúde” por “trabalhadores de saúde”, conforme a Resolução nº 333/03. Além disso, disse que seria importante promover a capacitação dos conselheiros nacionais, na perspectiva de se trabalhar com a lógica dialética ao invés da lógica formal, visando avançar nos debates do Plenário. Conselheiro **Jesus Francisco Garcia** enfatizou que o Plenário teria de se pautar pelo consenso progressivo e, nessa linha, defendeu a substituição do termo “profissionais de saúde” por “trabalhadores de saúde”. Além disso, registrou sua posição contrária à proposta de redação do parágrafo a respeito do segmento dos usuários, apresentada pelo Conselheiro **Carlos Alberto Duarte**, por entender que era restritiva e cerceava a participação das entidades no processo. Conselheiro **Moisés Goldbaum** solicitou que, no momento, as intervenções fossem a respeito da proposta de substituição do termo “profissionais de saúde” por “trabalhadores de saúde”. Conselheiro **Francisco das Chagas**

Monteiro explicou que não discordava da proposta de substituição do termo “profissionais de saúde” por “trabalhadores de saúde” e a sua fala anterior foi no sentido de alertar o Plenário para as eventuais contestações jurídicas ao se registrar no Regimento uma terminologia diferente da expressa na Lei nº 8.142/90. **Diante dessa colocação, Conselheiro Moisés Goldbaum colocou em votação a proposta de substituição da terminologia “profissionais de saúde” por “trabalhadores de saúde”, expressa no caput do artigo 5º. A proposta foi aprovada, por unanimidade.** Na seqüência, Conselheiro Moisés Goldbaum fez considerações sobre o processo de composição do Conselho, destacando que, apesar dos esforços para que o CNS seja o mais representativo possível, alguns movimentos não seriam contemplados, cabendo às entidades e aos movimentos participantes do Conselho representar aqueles ausentes. Feitas essas observações, agradeceu o segmento dos trabalhadores de saúde por ter acolhido a comunidade científica, tendo sido outorgada duas das onze vagas para essa categoria. Explicou que, por ser um subsegmento dos trabalhadores de saúde, a comunidade científica precisava de um tratamento diferenciado em relação aos demais componentes do referido segmento. Diante disso, apresentou a proposta de inclusão de um parágrafo, definindo que “As entidades científicas candidatas são aquelas compreendidas no âmbito da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), incluindo a sua diretoria, bem como a Academia Brasileira de Ciências (ABC)”. Explicou que essa proposta não atendia a interesses corporativos, mas sim, ao interesse da comunidade de servir à sociedade. Além disso, esclareceu que, no âmbito federal, as duas entidades de caráter geral e nacional que representam a comunidade científica são a SBPC e ABC. Apresentada essa proposta, abriu a discussão, primeiramente, do parágrafo 1º “As entidades e movimentos Nacionais de uma mesma patologia ou deficiência concorrerão a uma vaga das sete definidas no Decreto de composição do CNS e terão direito a um voto.” Conselheira **Maria Leda de R. Dantas** apresentou a seguinte Questão de Ordem: suspender o debate, temporariamente, para que os segmentos se reunissem e tentassem chegar a um consenso. A mesa acatou a Questão de Ordem e suspendeu os trabalhos. Considerando que não houve consenso sobre as propostas de redação dos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 5º, a Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, sugeriu que o Plenário passasse ao debate dos demais artigos, na tentativa de resolver as polêmicas e, posteriormente retornasse à discussão dos parágrafos. O Plenário acatou o encaminhamento e foi aberta a discussão do Capítulo V, que dispõe sobre as vagas do Conselho, artigo 6º. Conselheira **Noemy Yamaguishi** apresentou as seguintes sugestões ao artigo 6º: **1) letra “a”:** substituição da palavra “representantes” por “entidades nacionais”; **2) letra “b”:** inclusão de “entidades nacionais”; e **3) letra “d”:** inclusão do trecho “entidades nacionais”. Conselheiro **Luiz Fernando C. Silva** solicitou que, em todo o texto do Regimento, a terminologia “prestadores de serviço” fosse substituída por “prestadores de serviços de saúde”. **Não havendo posições contrárias, as propostas apresentadas pelos Conselheiros Noemy Yamaguishi e Luiz Fernando C. Silva, foram acatadas.** Na seqüência, foi aberta para discussão do Capítulo VI, que versa sobre as inscrições, artigo 7º. Conselheira **Maria Thereza Mendonça Rezende** sugeriu a substituição do termo “via postal” por “postadas via “AR”” (*referindo-se à inscrição*). **Não havendo posições contrárias, a proposta foi aprovada.** Em relação ao § 1º do artigo 7º, Conselheira **Maria Thereza Mendonça Rezende** solicitou esclarecimentos ao GT sobre o trecho “especificando a representação do segmento e vaga que está pleiteando” (*entidades ou movimentos*). A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, explicou que, ao se inscrever, as entidades teriam de indicar o segmento (usuários, trabalhadores de saúde e prestadores de serviços da saúde) e a vaga que está pleiteando (movimento negro, por exemplo). Além disso, esclareceu que a entidade ou movimento não precisava indicar se concorria à titularidade ou à suplência, pois a escolha das entidades titulares e suplentes seria feita nas Plenárias dos Segmentos, por meio de acordo, não sendo assim, por voto secreto. Conselheira **Silvia Marques Dantas** perguntou se uma entidade poderia se inscrever no processo eleitoral sem, necessariamente, pleitear vaga. Conselheiro **Moisés Goldbaum** respondeu que as entidades poderiam ser inscrever no processo como eleitoras, sem serem candidatas. **Após essas considerações, houve consenso sobre a substituição do trecho do § 1º, do artigo 7º “especificando a representação do segmento e vaga que está pleiteando” por “especificando a representação do segmento e vaga a que está se candidatando”.** Em seguida, foi aberta palavra para manifestações sobre o Capítulo VII, que dispõe sobre a documentação para inscrição das entidades e movimentos, artigo 8º. Conselheira **Noemy Yamaghishi** solicitou esclarecimentos ao GT sobre os documentos relacionados nos itens “a” e “b” para a inscrição das entidades. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, disse que seria necessário fazer ajustes nos itens do parágrafo, de forma que os itens “a”, “b” e “c” listassem os documentos necessários para a inscrição das entidades; o item “d” o documento necessário para a inscrição dos movimentos; e o item “e” o documento para a inscrição dos delegados. Diante dos esclarecimentos, Conselheira **Noemy Yamaghishi** apresentou as seguintes sugestões: **1) item “a”:** incluir o documento “Lei de Criação da Profissão para os Conselhos Profissionais”; e **2) item “b”:** incluir “Regimento”. Conselheiro **Carlos Alberto Duarte** destacou que nem todo movimento, por não ser formalmente constituído, possuía cópia de ata de fundação e estatuto, logo, não deveria ser obrigatória a apresentação desses documentos para inscrição dos movimentos. Na sua

visão, deveria ser exigida, para inscrição dos movimentos, a apresentação de comprovante de existência de, no mínimo, de dois anos, por meio de um instrumento de comunicação; documento comprovando que se reúne periodicamente; e documento comprovando a atuação em, no mínimo, três regiões do país. Conselheiro **Artur Custódio de Sousa** sugeriu que fosse incluído parágrafo, determinando que os movimentos que se organizam como rede, a exemplo das ONGs AIDS, na inscrição, teriam que apresentar documento comprovando que foi o indicado, pela rede, para participar do processo eleitoral. Conselheira **Cleuza de Carvalho Miguel** explicou que, além do Movimento dos Portadores de Esclerose Múltipla (MOPEM), do qual fazia parte, havia associações e movimentos em alguns estados dessa patologia, participando de uma mesma federação. Conselheiro **Moisés Goldbaum** explicou que a federação seria quem disputaria vaga no CNS. Conselheiro **Izaac Fernandes** sugeriu que também fosse exigido para a inscrição das entidades e movimentos o relatório de atividades. Conselheiro **Volmir Raimondi** sugeriu que, para comprovação de existência e atuação dos movimentos, pudessem ser apresentados documentos de órgãos públicos. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, lembrou que era preciso garantir a participação de movimentos, a exemplo dos Movimentos Populares, que não possuem documentação “jurídica”, mas têm grande articulação política e legitimidade. Propôs que o parágrafo 8º tivesse dois parágrafos, um apresentando a documentação necessária para inscrição da entidade e outro, a documentação para os movimentos. Diante da proposta da Secretária-Executiva, Conselheiro **Moisés Goldbaum** sugeriu que fosse constituído um grupo para elaborar dois parágrafos, um apresentando a documentação necessária para inscrição das entidades e outro, a documentação necessária para os movimentos, com base nas proposições do Plenário. Conselheiro **Ary Paliano** manifestou preocupação com o fato de o Regimento não apresentar salvaguarda, que garanta a participação de representação indígena no CNS. Conselheiro **Moisés Goldbaum** informou que o Decreto de composição do CNS garantia uma vaga para as organizações indígenas. Conselheiro **Luiz Fernando Silva** disse que seria importante definir de forma mais clara e específica os documentos para inscrição dos movimentos. Conselheiro **Carlos Alberto Duarte** ponderou que o período mínimo de dois anos de comprovação de existência do movimento e da entidade não deveria ser suficiente para inscrição, tendo em vista que o Conselho trabalhava também com experiência acumulada. Conselheiro **Crescêncio Antunes Neto** sugeriu que no capítulo das Candidaturas fosse incluído parágrafo, explicitando que está assegurada uma vaga para as organizações indígenas no Decreto de composição do CNS. Conselheiro **Carlos Alberto Duarte** lembrou que o artigo 6º citava o Decreto de composição do CNS e a Resolução nº 333/03, que asseguram a participação das organizações indígenas no Conselho. Assim, discordou da proposta apresentada pelo Conselheiro **Crescêncio Antunes**. Conselheiro **Moisés Goldbaum** sugeriu que o grupo discutisse essa questão, verificando se os documentos exigidos para a inscrição não cerceariam a participação das organizações indígenas no processo. Conselheiro **Artur Custódio de Sousa** comentou sobre a questão levantada pelo Conselheiro **Carlos Alberto Duarte** a respeito do tempo de existência das entidades e movimentos, destacando que a maior salvaguarda para impedir a participação de entidades e movimentos sem comprometimento seria feito pelo voto. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, em relação às organizações indígenas, explicou que o problema não se referia à documentação, mas sim ao tempo de existência. Disse que discutiria a questão com o Conselheiro **Ary Paliano**. Conselheiro **Wander Geraldo da Silva** sugeriu que fosse incluído no corpo do Regimento um artigo sobre as representações indígenas, levando-se em consideração, inclusive, a Constituição Federal. **Seguindo a sugestão do Conselheiro Moisés Goldbaum, os Conselheiros Carlos Alberto Duarte, Neimy Batista e a Secretária-Executiva do CNS foram indicados para elaborar dois parágrafos para o artigo 8º, explicitando, respectivamente, a documentação necessária para inscrição das entidades e a documentação para a inscrição dos movimentos, com base nas proposições do Plenário.** Na sequência, foi aberta a palavra para a apresentação dos destaques ao Capítulo VIII, que dispõe sobre a homologação das inscrições, artigo 9º. Não foram apresentados destaques ao artigo 9º. Em seguida, foi aberta palavra para destaques ao artigo 10, do Capítulo VIII. Conselheiro **Francisco das Chagas Monteiro** lembrou que era preciso reformular as datas definidas para a eleição das entidades e dos movimentos (dia 15 de abril de 2005), garantindo prazo para a apresentação de recursos, por exemplo. Conselheiro **Crescêncio Antunes Neto** sugeriu a inclusão do termo “até” 15 de abril de 2005, que contemplava a preocupação levantada pelo Conselheiro **Francisco das Chagas**. Na sequência, foi aberta a palavra para a apresentação dos destaques aos parágrafos do artigo 10. Conselheiro **Francisco das Chagas Monteiro** disse que seria importante explicitar no artigo 10 a necessidade da presença do suplente no dia da eleição, para participar do processo, na impossibilidade da participação do titular. Conselheiro **Moisés Goldbaum** destacou que a responsabilidade de indicação dos delegados (titulares e suplentes) era da entidade ou do movimento participante do processo. Não foram apresentados destaques ao artigo 11, do Capítulo VIII e, continuando, foi aberta a palavra para a apresentação dos destaques ao artigo 12, do Capítulo IX. Conselheiro **Alexandre de Oliveira** sugeriu a supressão do parágrafo 2º, do artigo 12, porque as vagas das suplências não seriam, necessariamente, indicadas pelo titular. Conselheira **Geusa Lelis Dantas**

apresentou nova redação ao § 2º nos seguintes termos: “Ocupará a vaga de titular a entidade mais votada, ficando a primeira e a segunda suplência para as maiores votações subseqüentes.” Conselheiro **Ciro Mortella** manifestou-se contrário ao mérito do § 2º, por entender que possibilitaria a eleição um suplente sobre o qual no houve acordo no segmento, ou de um suplente de entidade diferente daquela do titular. Conselheiro **Fernando Luiz Eliotério** explicou que a intenção do § 2º era incentivar que houvesse acordo, na Plenária de Segmentos, para definição das entidades e movimentos que irão compor o Conselho. A Técnica da Secretaria-Executiva do CNS, **Adalgiza Balsemão**, explicou que a eleição das entidades e movimentos se daria por meio de Plenária dos Segmentos e, em não havendo acordo, se faria por voto secreto, sendo proclamados eleitos as entidades e os movimentos mais votados, os quais definiriam as suas suplências. Conselheiro **Fernando Luiz Eliotério** explicou que a intenção do § 2º, do artigo 12, era evitar a eleição de suplências sobre as quais não houve acordo entre os segmentos e sem nenhuma identidade com a diretriz de trabalho do titular. Conselheiro **Francisco das Chagas Monteiro** enfatizou a necessidade de os Conselheiros titulares e suplentes serem de uma mesma entidade ou categoria para a defesa dos seus interesses. A propósito, citou o caso das entidades nacionais de representações dos médicos que defendiam a regulamentação do ato médico e os outros profissionais da área da saúde eram contra. Daí enfatizou a necessidade ser destinada uma vaga para as representações das entidades médicas, que seria ocupada pelas três entidades nacionais de representação dos médicos em sistema de rodízio. Conselheiro **Alexandre de Oliveira Fraga** defendeu que as entidades ou movimentos mais votados ficassem com a titularidade e as entidades ou movimentos, subseqüentemente mais votados ocupassem as suplências, de forma a garantir maior representatividade ao CNS. Conselheiro **Francisco Batista Júnior** defendeu a supressão do § 2º do artigo 12, por entender que os conselheiros suplentes deveriam ter identidade política e ideológica com os seus titulares. Conselheiro **Wander Geraldo da Silva** defendeu a manutenção do § 2º, por entender que permitia, por meio de acordo político, definir suplências distintas para a entidade titular. Conselheiro **Moisés Goldbaum** e **Jesus Francisco Garcia** ratificaram a proposta de manutenção § 2º nos moldes apresentados pelo GT. Conselheiro **Luiz Fernando Silva** disse que seria importante explicitar no Regimento que poderiam ocupar as suplências somente as entidades e movimentos que se inscrevessem para participar do processo. Nesse sentido, apresentou nova redação ao § 2º nos seguintes termos: “O titular da vaga, eleito pelo voto secreto, nos termos do *caput* deste artigo, indicará o primeiro e o segundo suplente da sua própria entidade ou dentre os demais candidatos do segmento.” A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, explicou que, no caso de não haver acordo nas Plenárias dos Segmentos, a eleição direta definiria as entidades e movimentos titulares, que escolheriam os seus suplentes, que poderiam ser da sua própria entidade ou de outras entidades que participaram do processo. Disse que essa questão teria de ser explicitada com muita clareza para não causar dúvida. Conselheira **Silvia Marques Dantas** destacou que as entidades indicadas pela titular, para ocupar as suplências, teriam de atender os critérios de elegibilidade, descritos no artigo 8º. Conselheiro **Moisés Goldbaum** consultou o Plenário se a seguinte redação contemplava as preocupações levantadas: “O titular da vaga, eleito pelo voto secreto, nos termos do *caput* deste artigo, indicará o primeiro e o segundo suplente, atendendo os critérios de elegibilidade.” Conselheira **Maria Leda de R. Dantas** ressaltou que essa redação não atendia, pois possibilitava a indicação de entidade que atende aos critérios de elegibilidade e não se inscreveu para participar do processo em tempo hábil. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, disse que deveria ficar claro no Regimento que a entidade titular da vaga, eleita por voto secreto, indicará o seu primeiro e segundo suplente, que poderá ser da sua própria entidade ou não. Além disso, chamou a atenção para a importância de ponderar as implicações da definição que os suplentes seriam indicados entre as entidades habilitadas. Conselheira **Geusa Lelis Dantas** discordou da proposta de possibilitar a indicação de entidades, para ocupar a suplência, que não se habilitaram para participar do processo. Conselheiro **Moisés Goldbaum** destacou que entidades eleitas para ocupar a titularidade certamente não indicariam entidades que não participaram do processo de discussão. Conselheira **Silvia Marques Dantas** defendeu que a entidade titular indicasse o primeiro e o segundo suplente da sua própria entidade ou das entidades que participaram do processo. Diante das colocações do Plenário, Conselheiro **Moisés Goldbaum** apresentou duas propostas de redação para o § 2º: 1) O titular da vaga, eleito pelo voto secreto, nos termos do *caput* deste artigo, indicará o primeiro e o segundo suplente (proposta original); e 2) O titular da vaga, eleito pelo voto secreto, nos termos do *caput* deste artigo, indicará o primeiro e o segundo suplente da sua própria entidade/movimento ou dentre as entidades/movimentos que participaram do processo eleitoral. Conselheira **Geusa Lelis Dantas** solicitou que a sua proposta de redação para o § 2º também fosse submetida à apreciação: “Ocupará a vaga de titular a entidade mais votada, ficando a primeira e a segunda suplência para as maiores votações subseqüentes.” Conselheiro **Júlio Muller Neto** apresentou a seguinte Questão de Ordem: colocar em votação duas propostas apresentadas pelo Conselheiro **Moisés Goldbaum**, por serem similares e, na seqüência, submeter à votação a proposta apresentada pela Conselheira **Geusa Lelis**. Conselheira **Geusa Lelis** retirou a sua proposta. Conselheiro **Moisés Goldbaum**

colocou em votação as duas propostas de redação para o § 2º, do artigo 12: **1) O titular da vaga, eleito pelo voto secreto, nos termos do *caput* deste artigo, indicará o primeiro e o segundo suplente (*proposta original*); e 2) O titular da vaga, eleito pelo voto secreto, nos termos do *caput* deste artigo, indicará o primeiro e o segundo suplente da sua própria entidade/movimento ou dentre as entidades/movimentos que participaram do processo eleitoral. A proposta número 1 (original) recebeu cinco votos a favor. A proposta número 2 recebeu dezenove votos a favor. Houve uma abstenção.** Vencido esse artigo, foi aberta a palavra para a apresentação dos destaques artigo 16, Capítulo IX. Conselheiro **Alexandre de Oliveira Fraga** perguntou se o Regimento previa a divulgação do processo eleitoral no Diário Oficial da União. Em resposta, a Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, informou que seriam publicados no Diário Oficial da União: o Decreto de Composição do CNS, o Regimento Eleitoral, o Edital de Convocação e a Portaria de nomeação. Conselheiro **Alexandre de Oliveira Fraga** disse que seria importante publicar no Diário Oficial da União ou explicitar no Regimento as etapas do processo eleitoral e a lista dos habilitados, a fim de dar publicidade e evitar questionamentos. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, informou que a lista de habilitados seria afixada na Secretaria-Executiva do CNS e disponibilizada na página do Conselho Nacional de Saúde. Assim, perguntou se era necessário divulgar no Diário Oficial a lista dos habilitados a participar do processo. Conselheiro **Moisés Goldbaum** destacou que o *caput* do artigo 9º responde à preocupação levantada pelo Conselheiro **Alexandre Fraga** ao definir que o processo eleitoral terá ampla divulgação nacional por meio da página eletrônica do Conselho Nacional de Saúde. Esclarecido esse ponto, foi aberta a palavra para apresentação dos destaques ao Capítulo X, que dispõe sobre a apuração dos recursos e das impugnações, artigo 19. Conselheira **Maria Thereza Mendonça Rezende** apresentou os seguintes ajustes redacionais ao artigo: substituição do termo “será” por “serão”; inclusão de “na sequência” após “serão”; inclusão da palavra “maior” antes de “abrangência” (item “a”) e antes de “tempo” (item “b”); e substituição de “eleito” por “entidades ou movimentos”. Conselheiro **Francisco das Chagas Monteiro** sugeriu que fosse incluído como critério de desempate o número de inscrito ou de filiados das entidades. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, disse que o número de filiados estava relacionado à questão da confluência de base, ou seja, várias entidades, representando uma mesma categoria, o que traria complicações para o processo. Disse que o número de filiados, caso fosse incluído como critério de desempate, também teria de constar no processo de habilitação. Conselheiro **Alexandre de Oliveira Fraga** enfatizou que a questão levantada pelo Conselheiro **Francisco das Chagas** suscitava um debate amplo, inclusive, a respeito da habilitação das entidades e do quantitativo de delegados, que ia representar a entidade. Destacou, por exemplo, o caso do segmento dos trabalhadores de saúde que possuía duas situações: uma única entidade, representando várias categorias; e várias entidades, representando uma única categoria. Conselheiro **Moisés Goldbaum** sugeriu que o critério quantitativo não fosse utilizado no momento, a fim de garantir a representatividade de todas as categorias. Além disso, propôs que o debate da matéria levantada pelo Conselheiro **Alexandre Fraga** fosse feito em outro momento, por demandar considerável tempo. Diante da colocação do Conselheiro **Moisés Goldbaum**, Conselheiro **Francisco das Chagas** retirou a proposta. Na sequência, foi aberta palavra para apresentação de destaques ao artigo 21, do Capítulo X. Conselheira **Rosane Maria Nascimento** propôs que fosse incluído trecho no artigo 21 ou fosse criado novo artigo, determinado que o Plenário homologará o resultado final da votação. Conselheiro **Moisés Goldbaum** destacou que não era competência do Plenário homologar o resultado da eleição. Conselheiro **Luiz Augusto Martins** explicou que, conforme o artigo 18, caberá ao Presidente da comissão eleitoral proceder à divulgação dos resultados. Conselheira **Rosane Maria Nascimento** ponderou que não era competência da comissão eleitoral homologar o resultado final da votação. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, explicou que a comissão eleitoral era responsável por declarar e homologar o resultado final da votação e, a partir daí o Ministro da Saúde publicaria Portaria, nomeando os representantes eleitos para o Conselho. Conselheiro **Ciro Mortella** esclareceu que o Conselho Nacional de Saúde encaminharia os nomes dos representantes eleitos para o Conselho Nacional, e este os faria ao Ministro da Saúde, que os nomearia ou não. Sugeriu que fosse registrado no Regimento que o CNS homologará os representantes eleitos e encaminhará ao Ministro da Saúde para nomeação. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, lembrou que o Ministério da Saúde ratificou as propostas aprovadas pelo CNS em relação ao seu Presidente (ser eleito entre os membros do Conselho) e à competência do Ministro da Saúde de nomear ou não as entidades eleitas. Explicou que a comissão eleitoral homologaria o resultado final da votação e o Ministro da Saúde publicaria portaria, nomeando os representantes eleitos para o Conselho. Conselheiro **Luiz Fernando Silva** informou que os resultados do trabalho de uma comissão eram homologados pela autoridade, que a criou, no caso, o Conselho Nacional de Saúde. Conselheira **Maria Natividade Santana** ressaltou que os resultados da eleição deveriam ser homologados pelo CNS e que não haveria nenhum problema a respeito da nomeação dos representantes eleitos. **Feitas essas considerações, o Plenário aprovou a proposta de emenda ao artigo 21, que passou a ter a seguinte redação: “Após homologado pelo Conselho Nacional de Saúde, o**



**resultado final da votação será publicado no Diário Oficial da União, em Edital afixado na Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Saúde e disponibilizado na página eletrônica do Conselho Nacional de Saúde.** Conselheiro **Luiz Fernando Silva** enfatizou que era preciso rever a data da reunião ordinária de abril de 2005, diante da decisão que o Conselho homologaria o resultado final da votação. Conselheiro **Moisés Goldbaum** disse que, caso necessário, seria convocada reunião extraordinária do CNS para homologar o resultado final da votação. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, informou que, imediatamente após a eleição, o CNS seria convocado para homologar o resultado final da votação. Na sequência, foi aberta a palavra para apresentação de destaques ao Capítulo XI, que apresenta as disposições gerais, artigo 23. Conselheira **Geusa Leles Dantas** sugeriu a supressão do trecho “relativas a infra-estrutura”, do artigo 23. Em seguida, foi aberta a palavra para os destaques ao artigo 24, do Capítulo XI. Conselheiro **Francisco das Chagas Monteiro** sugeriu a ampliação do prazo previsto (dez dias) para a indicação dos representantes pelas entidades e movimentos eleitos. Conselheiro **Wander Geraldo da Silva** propôs que o prazo para indicação fosse ampliado para vinte dias, a fim de que as entidades e movimentos tivessem um tempo maior para definir e indicar os seus representantes. Conselheiro **Alexandre de Oliveira Fraga** disse que as entidades participantes do processo eleitoral poderiam se agendar de acordo com as etapas do processo eleitoral, a fim de cumprir o prazo de dez dias para indicação. Conselheira **Neimy Batista** explicou que não havia tempo hábil para prorrogar a data para a indicação dos representantes. **Diante dessa explicação, a proposta de ampliação do prazo para indicação dos representantes das entidades e dos movimentos eleitos foi retirada.** Em seguida, foram apresentados os destaques ao artigo 25, do Capítulo XI. Conselheiro **Moisés Goldbaum** apresentou a proposta do Conselheiro **Francisco das Chagas Monteiro** de supressão do trecho “perderão seu direito de participar do Conselho Nacional de Saúde” (referindo-se às entidades ou movimentos que não indicarem os seus representantes no prazo determinado). Conselheira **Maria Leda de R. Dantas** sugeriu a supressão do artigo 25. Conselheiro **Alexandre de Oliveira Fraga** explicou que o artigo em questão esclarecia o que seria feito com as vagas das entidades e movimentos que não fizessem as suas indicações no prazo determinado, por isso, não deveria ser suprimido. Conselheiro **Wander Geraldo da Silva** defendeu que as entidades e os movimentos que não fizessem as suas indicações no prazo determinado fossem impedidos de participar da reunião do CNS. Conselheiro **Carlos Alberto Duarte** defendeu que fossem definidas salvaguardas para garantir que as entidades e os movimentos eleitos fizessem as suas indicações no prazo determinado, a fim de não prejudicar os trabalhos do Conselho. Conselheiro **Alexandre de Oliveira Fraga** sugeriu que a vaga da entidade ou do movimento que não indicasse representante no prazo determinado fosse ocupada pela entidade, na sequência, mais votada. Conselheiro **Moisés Goldbaum** disse que a proposta do Conselheiro **Alexandre Fraga** não era viável, pois não poderia ser aplicada às entidades e aos movimentos eleitos por acordo político nas Plenárias de Segmentos. Conselheiro **Carlos Alberto Duarte** propôs que a matéria fosse tratada de forma mais incisiva no Regimento Interno do CNS. Conselheiro **Wander Geraldo da Silva** destacou que o Regimento Eleitoral deveria tratar das etapas do processo eleitoral, encerrando na posse dos novos Conselheiros, assim, as vagas não ocupadas pelos eleitos deveriam ser tratadas no Regimento Interno do CNS. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, apresentou a seguinte emenda ao artigo 24 “para efeito de nomeação do Conselho Nacional de Saúde”. **Não havendo manifestações contrárias, a referida emenda foi, de pronto, acatada.** Conselheiro **Moisés Goldbaum** submeteu à apreciação a proposta de supressão do artigo 25. **Não havendo posições contrárias, a proposta de supressão do artigo 25 foi aprovada por unanimidade.** Em seguida, foi aberta a palavra para as demais destaques ao Regimento. Conselheira **Rosane Maria Nascimento** apresentou a proposta de inclusão de um novo artigo nos seguintes termos: “**Cabe ao Conselho Nacional de Saúde publicar o calendário eleitoral para cada gestão, entre 45 e 60 dias úteis antes da data estabelecida para a eleição, conforme o artigo 1º desse Regimento.**”. A proposta foi aprovada com uma abstenção. Conselheiro **Artur Custódio de Sousa** sugeriu a inclusão de artigo, prevendo a possibilidade de anulação de voto. **Não havendo posições contrárias, a proposta foi acatada.** Definido esse ponto, os trabalhos foram suspensos. Conselheiro **Moisés Goldbaum** retomou os trabalhos com a discussão dos artigos 5º e 8º. Conselheira **Neimy Batista** apresentou a proposta de redação para os parágrafos do artigo 8º: “§ 1º - Será exigido das Entidades: **a)** cópia da Ata de Fundação da Entidade, registrada em Cartório; **b)** Cópia do Estatuto/Regimento da Entidade; **c)** Termo de indicação do delegado e suplente que representará a Entidade subscrito pelo representante legal da Entidade; **d)** comprovante de existência da Entidade de, no mínimo, 2 (dois) anos; e **e)** cópia da cédula de identidade do delegado. § 2º - Será exigido do Movimento ou Rede: **a)** comprovante de existência do Movimento ou Rede como um instrumento de comunicação e informação de circulação nacional; **b)** relatório de atividades ou relatório de reuniões do Movimento ou Rede; **c)** documento de órgãos públicos que atestem o Movimento ou Rede; **d)** termo de indicação do delegado que representará o Movimento ou Rede subscrito pelo representante legal; e **e)** cópia da cédula de identidade do delegado.” Conselheiro **Moisés Goldbaum** colocou em discussão o § 1º, que dispõe sobre os documentos para inscrição das Entidades. **Após ajustes redacionais, o § 1º do artigo 8º foi aprovado, por**

972 unanimidade, nos seguintes termos: “§ 1º - Entidades: a) cópia da Ata de Fundação, registrada em  
973 Cartório; b) Cópia do Estatuto/Regimento; c) Termo de indicação do delegado e suplente que  
974 representará a Entidade subscrito pelo seu representante legal; d) comprovante de existência de, no  
975 mínimo, 2 (dois) anos; e e) cópia da cédula de identidade do delegado e suplente.” Na sequência,  
976 Conselheiro **Moisés Goldbaum** colocou em discussão o § 2º, que dispõe sobre os documentos para  
977 inscrição dos movimento ou rede. Conselheiro **Artur Custódio de Sousa** explicou que a rede era uma  
978 forma de organização de entidades ou movimentos sociais. De tal forma, explicou que a redação  
979 apresentada complicava a inscrição dos movimentos sociais. Citou, por exemplo, o caso do MORHAN,  
980 que é registrado como movimento, organiza-se institucionalmente como entidade e funciona como rede.  
981 Nesse sentido, sugeriu que o § 1º tratasse de entidades e movimentos sociais, que se enquadram de  
982 acordo com os documentos solicitados e o § 2º tratasse de movimentos sociais que se organizam como  
983 rede. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, explicou que o GT, a princípio, pensou  
984 em escrever um parágrafo específico para os movimentos que se organizam em forma de rede, mas,  
985 após discussão, avaliou que o § 2º contemplaria também as inscrições dessa categoria. Todavia, disse  
986 que seria possível redigir um parágrafo específico descrevendo os documentos necessários para  
987 inscrição dessa organização. Conselheira **Graciara Matos de Azevedo** sugeriu que o Regimento não  
988 tratasse da questão de “rede”, haja vista que esse tipo de organização não está prevista na Resolução nº  
989 333/03. Além disso, destacou que rede era uma forma de organização de movimentos, logo, poderia ser  
990 contemplada no § 2º. Conselheiro **Crescêncio Antunes Neto** manifestou-se favorável à definição de  
991 parágrafo, descrevendo os documentos para a inscrição das “redes”, que consiste em um fenômeno  
992 social de organização e mobilização da sociedade, que está sendo objeto de discussão de vários atores.  
993 Conselheiro **Artur Custódio de Sousa** explicou que o MORHAN não se encaixa no conceito de rede,  
994 porque possuía um nível de hierarquia, apesar de os núcleos serem independentes para atuar. Além  
995 disso, ressaltou que os movimentos possuíam várias formas de organização, ainda que tenha  
996 características de entidades e rede. Diante dessas questões, manifestou-se favorável à retirada do termo  
997 “rede”, entretanto, disse que deveria ficar claro para a comissão eleitoral o conceito de “rede”, a fim de  
998 não prejudicar a inscrição de movimentos importantes no processo. A Secretária-Executiva do CNS,  
999 **Eliane Aparecida da Cruz**, sugeriu que, em um dos três primeiros itens do § 2º, fosse incluída a seguinte  
1000 emenda “reconhecimento público”. Conselheira **Graciara Matos de Azevedo** discordou da utilização do  
1001 termo “rede” e defendeu a definição de critérios que assegurem a participação de movimentos que se  
1002 organizam e atuam na forma de rede. Conselheiro **Artur Custódio** ratificou a colocação da Conselheira  
1003 **Graciara Matos**. A Secretária-Executiva do CNS sugeriu a substituição do termo “representante legal” por  
1004 “representante reconhecido”. Conselheiro **Artur Custódio de Sousa** solicitou esclarecimentos a respeito  
1005 do item “comprovante de existência do movimento, por meio de um instrumento de comunicação e  
1006 informação de circulação nacional”. Em resposta, a Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da**  
1007 **Cruz**, explicou que o item referia-se a instrumentos de comunicação e informação de circulação nacional  
1008 (jornais, revistas, boletins) que comprovassem a existência do movimento. Conselheiro **Izaac Fernandes**  
1009 sugeriu que os instrumentos de comunicação exigidos para a comprovação do movimento tivessem, no  
1010 mínimo, dois anos de circulação. Conselheiro **Artur Custódio de Sousa** sugeriu que, a exemplo das  
1011 entidades, os documentos para comprovação da existência das entidades fossem o mais amplo possível  
1012 (jornais, revistas, boletins, cartas, entre outros). Feitas as retificações necessárias, com base nas  
1013 sugestões do Plenário, Conselheiro **Moisés Goldbaum** colocou em votação a seguinte proposta de  
1014 redação para o § 2º: “Movimentos: a) comprovante de existência do movimento, por meio de um  
1015 instrumento de comunicação e informação de circulação nacional; b) relatório de atividades ou relatório  
1016 de reuniões do movimento; c) documento de órgãos públicos que atestem o movimento; d) termo de  
1017 indicação do delegado/suplente que representará o movimento subscrito pelo seu representante  
1018 reconhecido; e) comprovante de existência de, no mínimo, 2 (dois) anos; e f) cópia da cédula de  
1019 identidade do delegado/suplente.” A redação do artigo foi aprovada, por unanimidade. Definido esse  
1020 item, foi aberta a discussão dos parágrafos do artigo 5º que versam, respectivamente, sobre  
1021 particularidades em relação ao segmentos dos usuários; dos trabalhadores de saúde; e do subsegmento  
1022 da comunidade científica. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, retomou o *caput* do  
1023 artigo 5º, já aprovado, para apresentar a seguinte emenda “e que tenham, no mínimo, dois anos de  
1024 existência”. Conselheiro **Ciro Mortella** propôs a inclusão da emenda “de saúde” ao trecho “Entidades de  
1025 Prestadores de Serviços”. As propostas foram acatadas e o *caput* do artigo 5º ficou com a seguinte  
1026 redação: “Poderão se candidatar para participar do processo eleitoral do Conselho Nacional de Saúde as  
1027 Entidades e Movimentos Nacionais de Usuários, as Entidades Gerais de Trabalhadores de Saúde de  
1028 caráter nacional e de Entidades de Prestadores de Serviços de Saúde, previstas na Terceira Diretriz, no  
1029 item III, da Resolução nº 333/03, do Conselho Nacional de Saúde e no Decreto de composição do CNS,  
1030 que tenham, no mínimo, 2 (dois) anos de existência e atuação em, pelo menos, 3 (três) regiões  
1031 geográficas do País.” Na sequência, Conselheiro **Moisés Goldbaum** submeteu à apreciação do Plenário  
1032 a seguinte proposta de redação para o § 1º: “As entidades e movimentos Nacionais de uma mesma

patologia ou deficiência concorrerão a uma vaga das sete definidas no Decreto de composição do CNS e terão direito a um voto.” Conselheira **Silvia Marques Dantas** solicitou maiores esclarecimentos sobre o número de votos a que teriam direito as várias entidades de uma mesma categoria do segmento dos usuários. Conselheiro **Ciro Mortella** interpretou o § 1º da seguinte forma: cada entidade ou movimento de uma mesma patologia ou deficiência teria direito a votar uma única vez. Conselheiro **Fernando Luiz Eliotério** defendeu a supressão do trecho “e terão direito a um voto”, por entender que as entidades tinham clareza que teriam direito a apenas um voto. Conselheiro **Artur Custódio de Sousa** disse que era preciso reformular a redação do §, a fim de deixar claro que as entidades de uma mesma patologia ou deficiência, ainda que não houvesse consenso e fosse criada outra entidade nacional, teriam direito a apenas um voto. Além disso, disse que era necessário descrever como a comissão eleitoral faria a inscrição dessas entidades ou movimentos. Conselheiro **Graciara Matos de Azevedo** sugeriu que fosse criado parágrafo para tratar exclusivamente do número de votos a que teriam direito as entidades e os movimentos nacionais de uma mesma patologia ou deficiência. Conselheiro **Moisés Goldbaum** destacou que havia consenso sobre a retirada do trecho “e terão direito a um voto”, por se tratar de uma questão clara para as entidades e movimentos. Conselheira **Silvia Marques Dantas** defendeu que tivessem a direito a voto todas as entidades e movimentos, que se candidatassem para disputar vaga no CNS. Conselheira **Geusa Leles Dantas** ressaltou que as entidades ou movimentos de uma mesma patologia ou deficiência teriam de definir um representante para se candidatar e votar. Conselheiro **Artur Custódio de Sousa** explicou que o Fórum Nacional de Entidades de Defesa dos Portadores de Patologias e Deficiências trabalhava com a lógica de as entidades ou movimentos nacional de uma mesma patologia ou deficiência definirem um representante para se candidatar e votar. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, explicou que seria necessário explicitar no Regimento a necessidade de uma “pré-eleição” entre entidades ou movimentos de uma mesma patologia e deficiência para definir os representantes que se candidatariam e que votariam. Conselheiro **Jesus Francisco Garcia** disse que seria importante elaborar um artigo, definindo que as entidades ou movimentos de uma mesma deficiência concorrerão a uma única vaga das sete do segmento dos usuários. Conselheiro **Ciro Mortella**, considerando que as entidades ou movimentos de uma mesma deficiência concorreriam a uma única vaga das sete do segmento dos usuários, defendeu que todos tivessem direito a voto, haja vista que seriam eleitos os mais votados. Conselheiro **Francisco Batista Júnior** mostrou preocupação com a proposta apresentada pelo Conselheiro **Ciro Mortella**, por entender que privilegiava a fragmentação das categorias de deficiência e patologia. Conselheiro **Izaac Fernandes** disse que era necessário definir o que fazer com as entidades que atendessem aos critérios estabelecidos para a inscrição no processo e que não fizessem parte do Fórum. Conselheiro **Jesus Francisco Garcia** sugeriu a supressão do parágrafo, na perspectiva de a disputa das sete vagas ser feita por meio de eleição no subsegmento das entidades de patologias e deficiências. Conselheira **Silvia Marques Dantas** defendeu a manutenção do parágrafo, por entender que incentivaria o debate e a construção de consenso entre as entidades e movimentos para a indicação de seus representantes. Conselheira **Maria Thereza Mendonça Rezende** considerando a complexidade do tema e o esvaziamento do Plenário, sugeriu a suspensão dos trabalhos. Verificando que havia quórum (21 Conselheiros presentes), a mesa decidiu prosseguir com o debate. Contudo, interrompeu a discussão do § 1º e passou ao § 2º, que, em tese, não apresentaria polêmica. Conselheiro **Moisés Goldbaum** fez a leitura do § 2º: **“Entende-se por entidades gerais aquelas que representam um conjunto de especialidades, especificidades ou categorias de trabalhadores.” Não havendo destaques, a proposta de redação do § 2º foi aprovada, por unanimidade.** Na sequência, Conselheira **Neimy Batista** submeteu à apreciação do Plenário a proposta de redação para § 3º: “As sociedades científicas candidatas serão aquelas compreendidas no âmbito da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) da área da saúde, incluindo a sua diretoria, bem como a Academia Brasileira de Ciências (ABC).” Conselheiro **Moisés Goldbaum** apresentou nova redação ao § 3º nos seguintes termos: “As entidades científicas gerais de caráter nacional candidatas serão a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), incluídas as entidades nacionais que participam como associados da SBPC da área de Saúde.” Conselheiro **Francisco Batista Júnior** perguntou se havia outras entidades nacionais da comunidade científica não associadas a SBPC. Em resposta, Conselheiro **Moisés Goldbaum** informou que a SBPC e a ABC eram as únicas entidades de caráter geral nacional reconhecidas, nacionalmente, pela comunidade científica como suas representantes. Acrescentou que a Academia Brasileira de Ciência congrega vários pesquisadores de notório saber e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência é constituída por sociedades científicas de caráter nacional. Explicou, ainda, que não conhecia nenhuma outra sociedade científica nacional, além da ABC e das filiadas a SBPC. Conselheiro **Artur Custódio de Sousa** destacou que o § 3º contrariava a lógica do Regimento de não citar entidades. Conselheira **Noemy Yamaghishi**, no caso das entidades associadas a SBPC, disse que não poderiam se candidatar as sociedades que representam especialidades, a exemplo da Sociedade Brasileira de Genética. Conselheiro **Francisco Batista Júnior** explicou que a sua preocupação a respeito do § 3º era abrir precedente para que o

Plenário fosse acusado de cercear a participação de sociedades científicas que porventura existam e não tenham vinculação com a SBPC, por exemplo. Sobre a questão do segmento dos portadores de deficiência e patologia, disse que era difícil discutir o § 1º, sem a presença do grupo responsável pela sua elaboração. De tal forma, sugeriu que os parágrafos 1º e 3º fossem remetidos novamente ao GT, a fim de ser apresentada nova proposta de redação, contemplando as preocupações levantadas pelos Conselheiros. Conselheiro **Moisés Goldbaum** disse que a sua intenção era garantir a participação de entidades que debatem as questões de ciência e tecnologia, impedindo a participação de movimentos que possuem um caráter exclusivo de defesa de categorias. Conselheira **Graciara Matos de Azevedo** discordou da proposta de inclusão do § 3º, por entender que a inscrição das sociedades científicas deveria ser feita com base nos critérios gerais definidos no Regimento. Conselheiro **Moisés Goldbaum** enfatizou que a inclusão das sociedades científicas no segmento dos trabalhadores foi uma decisão para garantir a participação de uma categoria que o Plenário considerou que precisa participar da CNS. Contudo, disse que as sociedades científicas possuem especificidades, que precisam ser consideradas no processo. Conselheira **Graciara Matos de Azevedo** disse que poderia ser incluído parágrafo esclarecendo o que se entende por sociedade científica, a exemplo do que foi feito para definir entidades gerais, mas sem citar entidades. Conselheiro **Moisés Goldbaum** endossou a colocação da Conselheira **Graciara Matos** e sugeriu que o § 3º fosse remetido ao grupo que o elaborou, a fim de ser apresentada definição que caracterize a comunidade científica. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, ratificou a proposta de submeter os parágrafos 1º e 3º ao GT, responsável pela elaboração do Regimento, a fim de ser elaborada nova redação, que deverá ser submetida à apreciação do Plenário na próxima reunião do CNS. Conselheira **Graciara Matos de Azevedo** destacou que a redação do § 3º deveria ser no sentido de caracterizar as entidades da sociedade científica, com base nos debates ocorridos no Plenário. Enfatizou que nem todos os membros do GT estavam presentes e, de tal forma, disse que era preciso assegurar que não houvesse retrocesso a respeito das questões já definidas. Conselheiro **Moisés Goldbaum** disse que o § 1º seria novamente apreciado, na sua totalidade e o § 3º apresentaria uma forma de generalização e, caso não fosse possível, seria excluído. **Esclarecido esse ponto, submeteu à votação a proposta de Regimento Eleitoral, com exceção dos parágrafos 1º e 3º do artigo 5º, do Capítulo IV, Das candidaturas. A proposta de Regimento foi aprovada por unanimidade. Os parágrafos 1º e 3º do artigo 5º serão submetidos à discussão do Grupo de Trabalho, que deverá apresentar nova proposta de redação, com base nos debates ocorridos, na Reunião Ordinária de fevereiro de 2005. Na ocasião, será feito também o debate sobre o Decreto de Composição do CNS, e as cartas enviadas pelo Sr. Omilton Visconde Júnior e pelo Conselheiro Ciro Mortella, que tratam sobre a nova composição do CNS. ITEM 3 – A) FÓRUM SOCIAL MUNDIAL DA SAÚDE – ACORDOS INTERNACIONAIS; E B) FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. A) FÓRUM SOCIAL MUNDIAL DA SAÚDE – acordos internacionais** - Conselheiro **Carlos Alberto Duarte** assumiu a coordenação dos trabalhos, convidando para compor a mesa o representante da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), **Carlos André F. Passarelli**, para uma abordagem sobre propriedade intelectual e acesso à saúde, que seria um dos temas de discussão do Fórum Social Mundial da Saúde. O representante da ABIA, **Carlos André F. Passarelli**, iniciou a sua apresentação, manifestando satisfação em participar da reunião do Conselho, para tratar de uma questão de extrema importância. Explicou que a ABIA é uma ONG, do Rio de Janeiro, criada em 1986, que trabalha na proposição de políticas para o enfrentamento da epidemia de AIDS no Brasil. Disse que iria abordar as questões referentes à propriedade intelectual e seu impacto significativo na diminuição do acesso da população à saúde, em especial à assistência farmacêutica. Iniciou a sua explanação, destacando que há 40 milhões de pessoas vivendo com AIDS no mundo e apenas 400 mil têm acesso a tratamento, o que aponta para a necessidade de se definir mecanismos para ampliar o acesso da população aos tratamentos disponíveis (anti-retrovirais). Na sequência, apresentou alguns marcos históricos a respeito da epidemia de AIDS e avanços para o enfrentamento: **a)** 1980: primeiro caso de AIDS no Brasil; **b)** 1988: realização da Assembleia Nacional Constituinte, que define a saúde como direito de todos e dever do Estado; **c)** 1990: criação da Lei Orgânica da Saúde, que cria o Sistema Único de Saúde; **d)** 1991: início da distribuição gratuita do AZT pela rede pública de saúde; e **e)** 1993: início da produção nacional de anti-retrovirais (ARV). Disse que, apesar desses avanços, a partir de 1995 tem início um retrocesso no plano político internacional, com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), que define o acordo sobre direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio (TRIPS). Por ser um país signatário da OMC, o Brasil assina o Acordo TRIPS e, em 1996, promulgada a sua Lei de Patentes (nº 9.279/96), passa a conceder patentes para produtos e processos farmacêuticos. Nesse mesmo ano, é promulgada a lei brasileira sobre distribuição e uso de ARV (lei nº 9.313/96). Explicou que a Lei de Patentes garante ao inventor de um produto a exclusividade na produção e comercialização da descoberta durante vinte anos. Ressaltou que, a partir dessa Lei, a indústria brasileira foi proibida de produzir remédios de laboratórios estrangeiros. Assim, a partir de 1999, o país busca alternativas para esse impasse e cria a Lei dos Genéricos (nº 9.787/99) e da Anuência Prévia da ANVISA. No cenário internacional, é realizada a 52ª

Assembléia da Organização Mundial da Saúde (OMS), que propôs a revisão dos acordos internacionais para salvaguardar o acesso a medicamentos essenciais. No Brasil, é publicado o Decreto Presidencial nº 2.301/99, definindo os casos de interesse nacional e interesse público, a fim de prover licenças compulsórias para produtos patenteados. Prosseguiu destacando que, em 2001, inicia-se a “guerra das patentes”. Os Estados Unidos abrem um painel contra a Lei Brasileira de Patentes na OMC e o Ministro da Saúde no Brasil ameaça quebrar a patente de dois anti-retrovirais (Nelfinavir e Efavirenz). Nesse mesmo ano, 39 companhias farmacêuticas processam o governo da África do Sul, país que tem 20% da população adulta infectada pela AIDS, para impedir a importação paralela de versões genéricas de ARV. Explicou que, ainda em 2001, inicia-se um processo de reação a essas iniciativas da indústria farmacêutica internacional: a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas publica resolução, definindo o acesso aos remédios essenciais como um direito humano; na Assembléia das Nações Unidas (UNGASS), é feito o lançamento do fundo global para AIDS, malária e tuberculose; e é realizada a 4ª Conferência Ministerial da OMC, que resultou na Declaração de DOHA, definindo que o acordo TRIPS não deve prevalecer sobre as questões relativas à saúde pública das nações. Prosseguiu destacando que o Brasil inicia novas negociações com os laboratórios para reduzir preços de ARV e a OMC lança uma Resolução, que incita o favorecimento de importação de medicamentos essenciais para países em desenvolvimento. Registrou que, com exceção do Canadá, os demais países signatários da OMC não cumpriam a Declaração de DOHA e a Resolução da OMC que incita o favorecimento de importação de medicamentos essenciais. Disse que, em 4 de setembro de 2003, é publicado o Decreto Presidencial nº 4.830, que dispõe sobre os critérios para concessão de licença compulsória. A respeito do cenário atual, informou que dezesseis anti-retrovirais são distribuídos gratuitamente na rede pública de saúde; os laboratórios nacionais produzem sete anti-retrovirais; 150 mil pacientes estão em tratamento para AIDS no Brasil; e 3 milhões de pessoas morrem por ano, no mundo, em função da AIDS, por falta de remédios. Ressaltou que estavam sendo firmados Acordos de Livre Comércio em todo o mundo, que apresentavam sérias restrições à produção de produtos tecnológicos, influyendo na produção de medicamentos. Enfatizou que, apesar das várias iniciativas, até o final de 2004, o governo brasileiro não quebrou a patente de nenhum medicamento anti-retroviral. Nesse ponto, disse que a sociedade civil e o CNS têm um papel fundamental para pressionar as instâncias de decisões, para que aconteça o licenciamento compulsório. Enfatizou que as regras de comércio internacional não podem prevalecer sobre a saúde pública, assim, é preciso fazer com que a Declaração de DOHA seja, de fato, cumprida. Destacou que as invenções tinham que ser recompensadas, mas era preciso investir em pesquisas na área de medicamentos, para que o custo das descobertas não seja debitado somente na conta do usuário. Ressaltou que era importante uma ação da sociedade civil no sentido de denunciar o abuso de poder econômico e mobilizar a opinião pública para a importância da saúde (antes do lucro) e do não patenteamento da vida, implementar as salvaguardas de TRIPS (Declaração de DOHA) e adequar a Lei de Patentes: licença compulsória, importação paralela e controle social das agências governamentais (ANVISA e INPI). Em relação aos acordos comerciais, disse que seriam necessárias iniciativas para garantir que não fossem patenteados novos usos e novas formulações de medicamentos existentes, permitir a importação/exportação de medicamentos essenciais, promover a sustentabilidade política e financeira do Sistema Único de Saúde e garantir o monitoramento dos acordos comerciais. Finalizou, destacando que os esforços deveriam ser centrados na implementação do SUS que se deseja, garantindo, dentre outros aspectos, a assistência à saúde com qualidade. Conselheiro **Carlos Alberto Duarte** agradeceu o convidado **Carlos André Passarelli** pela apresentação e abriu a palavra para manifestações dos Conselheiros. Conselheiro **Francisco Batista Júnior** explicou que, no país, o medicamento era acessível para os setores mais organizados e com maior poder de pressão política, como é o caso dos portadores de HIV, hepatite e os renais crônicos. Já para as patologias que afetam as classes menos favorecidas e menos esclarecidas, como a tuberculose, o acesso ao medicamento era mais difícil. Diante desse cenário e na condição de profissional farmacêutico, defendeu que houvesse uma revolução na assistência farmacêutica no país, para que o medicamento não fosse mais tratado como mercadoria; a pesquisa e a produção de medicamento fossem uma obra do governo e não da indústria privada; e a farmácia fosse um posto avançado de saúde e não um estabelecimento comercial. Conselheiro **Mauro Fernando Schmidt** perguntou ao palestrante qual a sua opinião a respeito da organização que defende que a AIDS é causada pelos remédios utilizados para o seu tratamento. Conselheiro **Ciro Mortella** fez uma abordagem mais ampla a respeito das patentes, como forma de preservação da propriedade de inovação. Explicou que a Lei de Patentes era importante para garantir às empresas que a sua descoberta, feita a partir de grandes investimentos, não fosse de domínio público. Ressaltou que o Brasil entendeu que essa é uma questão essencial para o desenvolvimento do país, pois a soberania, a independência e a independência econômica são alcançadas quando se tem um diferencial. De tal forma, o governo aprovou, recentemente, uma lei que regula uma série de questões na área de inovação tecnológica, por entender que política econômica se faz por meio de inovação.

Destacou que, na área da saúde, a questão era mais complexa, pois o investimento para a inovação era muito grande e o problema referia-se a quem pagava por isso. Enfatizou que essa questão vinha agregada a uma outra, mais antiga e complexa, que se refere ao preço justo. Esclareceu que a questão da propriedade intelectual era discutida no mundo todo, porque todo país necessita e deseja que favoreça a sua inovação e crie barreira para inovação do outro. Continuou explicando que a empresa detentora da patente era a responsável por conceder a licença compulsória, o que era complexo, do ponto de vista jurídico. Além disso, apontou alguns complicadores em relação à licença compulsória, dentre eles, onde conseguir a matéria para a produção do medicamento e o que fazer para garantir a qualidade do produto produzido, a fim de não expor a população a riscos. Explicou que a excelência do Programa de AIDS do Brasil era resultado de uma rede: disponibilidade de medicamento para o tratamento da AIDS; distribuição do medicamento; utilização do medicamento pelos pacientes; e acompanhamento dos resultados. Ressaltou que, em países de extrema pobreza, as condições são insuficientes para fazer políticas públicas como as do Brasil, logo, a simples disponibilização de medicamentos não era suficiente para o combate à epidemia. Finalizou, destacando que essa é uma temática complexa que não ia se esgotar no momento e esperava, de alguma forma, ter contribuído para o seu debate. Em resposta às intervenções, o representante da ABIA, **Carlos André F. Passarelli**, destacou que a indústria nacional tem tido uma posição diferente da indústria transnacional em relação ao acesso à saúde. Explicou que os laboratórios nacionais produtores de anti-retrovirais, públicos e privados, afirmaram em um seminário que é importante que o país conceda licença para que possam continuar trabalhando. De tal modo, a licença compulsória tem se mostrado como a única estratégia para se fazer transferência de tecnologia. Enfatizou que o discurso de que um programa de combate a AIDS não funcionaria em países de extrema pobreza é falaciosa e a experiência do Brasil comprova isso. Ressaltou que não foi possível avançar no processo de licença compulsória, em virtude, dentre outros fatores, da retaliação que resultaria dessa iniciativa. Afirmou que a indústria nacional brasileira, pública e privada, possuía condições de produzir a maior parte dos anti-retrovirais utilizados para o tratamento da AIDS e o que faltava era vontade política para isso. Explicou que as críticas feitas referiam-se à indústria transnacional, já que a indústria nacional tem se mostrado uma interessante parceira da sociedade civil na luta pela ampliação do acesso a tratamento anti-retrovirais. Ressaltou que o Presidente da África do Sul negou por muito tempo a existência da AIDS e não tomou nenhuma iniciativa para combater a epidemia. Além disso, disse que os responsáveis pela formulação das políticas públicas na área da saúde tinham que combater o argumento que a AIDS não existe. Conselheiro **Artur Custódio de Sousa** perguntou como canalizar as questões apresentadas para uma deliberação do CNS em defesa da licença compulsória para medicamentos anti-retrovirais. Conselheiro **Carlos Alberto Duarte** chamou a atenção para o fato de o Brasil ter aderido rapidamente ao Acordo TRIPS, apesar de ter o prazo de dez anos para isso (contados a partir de 1996), e países como China e Índia estarem aderindo somente em 2005. Disse que seria importante discutir no Fórum Social Mundial da Saúde a seguinte questão: em que momento a saúde saiu do âmbito da OMS e passou a ser tratada pela OMC? Comentou, também, sobre a organização que trabalha com a idéia de “visão dissidente da AIDS”, que defende a não utilização dos medicamentos utilizados para o tratamento da AIDS. Explicou que essa discussão foi vencida em Porto Alegre, em função da morte de várias pessoas que faziam parte dessa organização. Conselheiro **Augusto Alves do Amorim** registrou a importância do setor industrial na luta pelo acesso à saúde e, a propósito, citou a figura do Dr. **Onilton Visconde**, representante da indústria, que participou do Conselho e iniciou a luta em prol dos genéricos. Conselheira **Noemy Yamagishi** explicou que o Projeto das Patentes, no Congresso Nacional, foi moldado aos interesses das multinacionais e a maioria dos parlamentares que participaram da sua votação não tinham conhecimento do seu mérito. Conselheiro **Ciro Mortella** disse que era preciso refletir sobre a exportação paralela, pois os produtos encaminhados para a África, em caráter humanitário, para atender a população, estavam sendo exportados para a Europa. Ressaltou que isso divergia do objetivo do licenciamento compulsório e da exportação paralela de atender a real necessidade do país em relação à saúde pública. Ressaltou que, nem sempre leis aprovadas “a toque de caixa” eram para atender a interesses e *lobby* e, a propósito, citou o caso da lei de controle de preço de remédios, que levou dois meses para ser aprovada no Congresso Nacional. Explicou que essa lei faz com que o Brasil tenha, em comparação aos principais países signatários da Tríplice, um preço mais baixo para os produtos de tratamento para a AIDS. Conselheira **Silvia Marques Dantas** enfatizou a importância de o Conselho aprofundar o debate a respeito dos acordos comerciais (ALCA, OMC, entre outros) e a sua interferência na saúde pública do Brasil. Em resposta às intervenções, o representante da ABIA, **Carlos André F. Passarelli**, destacou que o CNS poderia ser um agente importante no processo de pressão política para que as instâncias decisórias do Ministério da Saúde acelerem o processo de licenciamento compulsório para a produção de anti-retrovirais, haja vista a capacidade instalada da indústria brasileira e o interesse político do governo. Além disso, disse que era importante pensar em estratégias de fomento à pesquisa que não se refiram, simplesmente, à proteção dos direitos de propriedade intelectual. Chamou a atenção para o fato de a saúde ter se tornado um

negócio lucrativo para alguns setores e, de tal forma, defendeu que um dos critérios para se definir preço justo para os medicamentos, diferente de outros insumos, é o que se pode pagar e a necessidade que se tem do produto. Enfatizou, novamente, que o seu discurso era de defesa e desenvolvimento da indústria farmacêutica nacional. Em relação à Lei de Patentes, disse que era preciso refletir sobre o fato de o país ter publicado essa lei em apenas um ano quando tinha dez anos para isso. Por fim, convidou os Conselheiros a participar das discussões a respeito da propriedade intelectual no Fórum Social Mundial da Saúde e no Fórum Social Mundial. Conselheiro **Crescêncio Antunes Neto** registrou que o médico sanitarista **Sérgio Arouca** foi um dos relatores do Projeto da Lei de Patentes e o seu intenso trabalho permitiu resguardar questões de interesse da nação brasileira nessa Lei. Conselheiro **Moisés Goldbaum** sugeriu que a Comissão Intersectorial de Ciência e Tecnologia do CNS (CICT/CNS) aprofundasse o debate sobre questões relacionadas a acordos internacionais, na perspectiva de oferecer subsídios ao CNS para decisões políticas a respeito dessa matéria. Além disso, perguntou qual o critério utilizado para convidar as entidades participantes do Fórum Social Mundial da Saúde. Em resposta, Conselheiro **Carlos Alberto Duarte** informou que as entidades que desejavam participar do Fórum Social Mundial da Saúde tiveram que se inscrever, previamente. Explicou que o CNS inscreveu no Fórum Social Mundial da Saúde as entidades que haviam se inscrito para participar do Fórum Social Mundial. **O Plenário decidiu que o debate dessa matéria será retomado, no âmbito do Conselho, na perspectiva de ser aprofundado, a partir do resultado das discussões que irão ocorrer no Fórum Social Mundial da Saúde e no Fórum Social Mundial, para definir encaminhamentos. Os representantes da área da assistência farmacêutica do Ministério da Saúde serão convidados a participar desse debate no CNS.** Conselheiro **Carlos Alberto Ebeling Duarte** agradeceu o convidado **Carlos André F. Passarelli** pela apresentação e passou à questão do Fórum Social Mundial da Saúde, que será realizado nos dias 23, 24 e 25 de janeiro de 2005. Disse que o CNS foi convidado a participar do painel temático “Estratégias de participação social e controle social do Estado – aprimorando as definições e bandeiras de lutas”, que será realizado no dia 24 de janeiro, e precisava indicar dois Conselheiros, um para coordenar o painel e outro para fazer uma exposição sobre o tema. **O Plenário indicou os seguintes Conselheiros para participar do painel: Francisco das Chagas Dias Monteiro (coordenação); e Maria Leda de R. Dantas (expositora). Essas indicações foram aprovadas por unanimidade.** B) **FÓRUM SOCIAL MUNDIAL** - Conselheiro **Carlos Alberto Duarte** lembrou que o Fórum Social Mundial seria realizado, em Porto Alegre, de 25 e 31 de janeiro de 2005. Disse que o Plenário teria que: definir o objetivo da oficina do CNS sobre Controle Social na Saúde, que será realizada durante o Fórum, no dia 30 de janeiro; indicar dois Conselheiros (coordenador e expositor); e definir dois convidados. Considerando as dificuldades em relação ao financiamento das despesas dos participantes do Fórum, sugeriu que os nomes fossem indicados dentre aqueles que já participariam do Fórum. Foi definido pequeno grupo de Conselheiros para apresentar encaminhamentos a respeito das questões supracitadas do Fórum. Conselheiro **Wander Geraldo da Silva** apresentou as propostas do grupo para a oficina: **a)** duração: das 13 às 18h30; **b)** objetivo: analisar a trajetória histórica do Controle Social e os desafios para a sua efetivação; e **c)** material a ser distribuído: relatório da 12ª Conferência Nacional de Saúde; Resolução nº 333/03; cópia das Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90; questionário para perguntas; e questionário de avaliação da oficina. Disse que o Plenário teria que definir o objetivo da oficina; indicar três Conselheiros (um representante dos usuários; um representante dos trabalhadores de saúde; e um representante dos gestores e prestadores de serviço), sendo um coordenador e dois expositores; e definir os convidados. A respeito dos convidados, considerando as indicações do Plenário, foram colocadas em votação as seguintes propostas de nomes: **1) Jocélio Drummond; e Luiz Carlos Bolzan - três votos; 2) Humberto Jacques de Medeiros; e Luiz Carlos Bolzan – onze votos; e 3) Humberto Jacques de Medeiros e Jocélio Drummond - sete votos. Diante da votação, foi definido como convidados: Humberto Jacques de Medeiros e Luiz Carlos Bolzan.** Na sequência, Conselheiro **Wander Geraldo da Silva**, em função de não ter sido apresentada outra sugestão, colocou em votação a proposta de objetivo da oficina, definida pelo grupo: **analisar a trajetória histórica do Controle Social no Brasil e os desafios para a sua efetivação. O objetivo da oficina foi aprovado com vinte votos a favor e uma abstenção.** Além disso, foram indicados os seguintes nomes para participar da oficina: **1) coordenação: Conselheiro Luiz Fernando Correa Silva; 2) expositores: Conselheiros Wander Geraldo da Silva; e Francisco Batista Júnior.** Essas indicações foram aprovadas por unanimidade. **ITEM 4 – ANVISA: A) POLÍTICA VIGENTE PARA REGULAMENTAÇÃO DE MEDICAMENTOS NO BRASIL; B) FALSIFICAÇÃO DE MEDICAMENTOS; E C) POLÍTICA DE MEDICAMENTOS SIMILARES** - O debate desse item foi transferido para a próxima reunião do CNS. **ITEM 5 – GRUPO DE TRABALHO SOBRE OSCIPS** – Conselheiro **Jesus Francisco Garcia** assumiu a coordenação dos trabalhos e convidou o Conselheiro **Francisco Batista Júnior**, integrante do GT sobre OSCIPS/CNS, para apresentação do documento “As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs como instrumento de gestão pública na área da saúde”. Conselheiro **Francisco Batista Júnior** explicou que o GT OSCIPs foi constituído a partir da solicitação do Sindicato de Trabalhadores de Saúde de Minas Gerais (SINDSAÚDE) ao CNS, de emissão de parecer sobre OSCIPS. Nessa ótica, o



GT, composto por ele e pelos Conselheiros **Eni Carajá Filho** e **André Luiz de Oliveira**, com a participação da Sra. **Conceição Rezende**, como convidada e da técnica do CNS, **Maria Camila Borges Faccenda**, buscou fazer uma análise a respeito das teorias e práticas sobre OSCIPs no país e emitiu parecer sobre o referido instrumento de gestão. Explicou que as Organizações Sociais já haviam sido objeto de discussão de um GT do CNS, que apresentou uma análise crítica e não uma posição do CNS a respeito da matéria. Disse que as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público eram uma proposta mais aperfeiçoada das Organizações Sociais e possuíam um viés político, já que se trata de uma proposta de Estado. Ressaltou que a proposta de OSCIP era perversa, pois transferia a gestão do patrimônio público para a iniciativa privada com financiamento público. Mas, ainda assim, vários estados (São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Tocantins) adotaram essa alternativa de gestão pública. Ressaltou que a terceirização de serviços de saúde, além da transferência da gestão para a iniciativa privada, trouxe um processo de flexibilização e precarização das relações de trabalho e de comprometimento da qualidade dos serviços prestados. Destacou que o viés político das OSCIPs era muito complexo e difícil de ser debatido, por se tratar de uma opção política, assim, o GT decidiu promover debate sobre essas Organizações a partir de dois eixos: político e jurídico. Enfatizou que, apesar das iniciativas do Ministério Público e outros setores do Judiciário, o processo de terceirização teve um avanço significativo no país. De tal forma, disse que o Conselho teria que se posicionar sobre a matéria, levando em consideração os aspectos políticos e jurídicos. Nessa linha, explicou que a Constituição Federal/88 permite a realização dos serviços de saúde também por terceiros, e foi com base nesse dispositivo que os gestores justificaram a terceirização dos serviços por meio das OSCIPs. Lembrou que a iniciativa privada poderia participar, de acordo com a Constituição, de forma complementar, quando a capacidade instalada do Estado for insuficiente, não havendo, de tal maneira, justificativas para a fundamentação do processo de institucionalização das OSCIPs. Ressaltou que o GT concluiu que, diante do novo modelo político e novo projeto de SUS, que está se tentando implementar, este é o momento de o CNS ter uma posição definitiva a respeito da terceirização da gestão da saúde, haja vista que isso não foi feito, apesar de o tema ter sido bastante debatido no CNS. Enfatizou, ainda, que essa posição do CNS deverá servir, inclusive, de parâmetro para os debates que estão ocorrendo em todos os Estados da Federação a respeito do assunto. Destacou que, do ponto de vista político e jurídico, não se sustenta o processo de terceirização da gestão da saúde e não há fundamentação para que as OSCIPs sejam institucionalizadas como vem acontecendo. Por fim, registrou que o GT é contra a modalidade de administração gerenciada, por meio de OSs e OSCIPs e esperava que fosse reafirmada a posição do CNS nesse sentido. Concluída a apresentação, foi aberta a palavra para manifestações dos Conselheiros. Conselheira **Graciara Matos de Azevedo** enfatizou que o Plenário deveria apontar encaminhamentos a respeito dessa matéria, haja vista que o CNS já debateu e manifestou-se contrário as OSCIPs. Conselheiro **Francisco das Chagas Monteiro** disse que o Plenário deveria aprofundar o debate sobre OSCIPs, levando em consideração, inclusive, as experiências positivas no setor saúde e os benefícios para a população e os trabalhadores, a fim de se obter subsídios concretos para definição de posicionamento do CNS. Conselheira **Maria Leda de R. Dantas** enfatizou a importância de o CNS registrar oficialmente a sua posição contrária acerca da temática, para ser amplamente divulgada e servir de barreira para o avanço do processo de privatização dos serviços, haja vista que as Parcerias Público Privadas (PPPs) seriam o argumento perfeito para justificar as OSCIPs. Conselheiro **Ary Paliano** registrou a precariedade dos serviços públicos prestados à população nas três esferas de gestão e enfatizou a importância da interferência do CNS para reverter esse quadro. Conselheiro **Francisco das Chagas Monteiro** registrou que era preciso considerar algumas realidades contraditórias no debate, dentre elas, o fato de os funcionários públicos terem planos de saúde privados e não utilizarem os serviços públicos. Conselheiro **Noemy Yamaguishi** registrou que as experiências de gerenciamento privado dos serviços de saúde, em São Paulo, foram desastrosas e comprometeram o Sistema de Saúde local. Nessa linha, disse que era preciso aprofundar o debate sobre a matéria para que o CNS tenha argumentos concretos para posicionar-se. Conselheiro **Fernando Luiz Eliotério** parabenizou o GT pelo trabalho, que, na sua visão, serviria de diretriz para o posicionamento do CNS e das demais instâncias acerca da temática. Além disso, disse que era preciso muita cautela para definir uma posição do CNS sobre a matéria, diante da sua complexidade. Conselheira **Maria Helena Baumgarten** também cumprimentou a Comissão pelo trabalho e falou sobre a influência da terceirização na má qualidade dos serviços. A propósito, denunciou a precariedade dos serviços terceirizados prestados por empresas privadas à população dos municípios. Nesse sentido, manifestou satisfação com o fato de o Ministério da Saúde ter definido como prioridades, para 2005, o acesso aos serviços com qualidade e a garantia da boa aplicação dos recursos do SUS, responsabilizando os gestores que não cumprem, de forma adequada, com seus deveres legais no que diz respeito à garantia do acesso da população aos serviços de saúde e à boa aplicação dos recursos do Sistema. Conselheira **Cibele de Mello Osório** disse que era preciso persistir na procura de estratégias para que a saúde privada não avance sobre a saúde pública. Além disso, enfatizou que as OSCIPs contribuíram para a precarização das relações de trabalho dos

agentes comunitários de saúde. Conselheiro **Ciro Mortella** destacou ser um equívoco pensar em gestão privada como sinônimo de excelência e em gestão pública como sinônimo de ineficiência. Afirmou que essa matéria é complexa e merecia um debate aprofundado, que deveria ter como ponto central a definição de mecanismos para acompanhar e avaliar se determinada gestão, seja pública ou privada, está atendendo aos preceitos legais estabelecidos e objetivos definidos. Feitas essas considerações, sugeriu que o debate partisse do seguinte questionamento: Que tipo de avaliação da gestão é feita? Quais são os parâmetros existentes para avaliar os serviços prestados pelo setor público e pelo privado? Conselheiro **Rui Barbosa da Silva** registrou a excelência do sistema de saúde público do seu município e enfatizou a importância de o CNS lutar para garantir o acesso aos serviços com qualidade. Conselheira **Geusa Lelis Dantas** manifestou-se contrária as OSCIPs, destacando que a experiência dessa terceirização no Estado do Ceará não teve bons resultados. Conselheiro **Moisés Goldbaum** parabenizou o grupo pelo trabalho, contudo, registrou que não possuía elementos técnicos para posicionar-se, no momento, a respeito das OSCIPs. De tal forma, sugeriu a realização de seminário, com a participação de representantes do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, para aprofundar o debate sobre a matéria e levantar subsídios para o posicionamento do CNS. Conselheiro **Mauro Fernando Schmidt** ressaltou que a concepção do atual governo era de defesa do SUS e as formas de organização da gestão teriam de se enquadrar nessa concepção. Conselheiro **Volmir Raimondi** registrou que idealizava um serviço público de excelência e que, no momento, não possuía posição firmada a respeito das OSCIPs. Em resposta às intervenções, Conselheiro **Francisco Batista Júnior** enfatizou, a princípio, que tomou o cuidado de não deixar a sua posição ideológica interferir na apresentação do resultado do trabalho do grupo. Na sua visão, o SUS só existe porque atende aos interesses privados e aos grandes grupos econômicos, haja vista a excelência dos serviços de alta complexidade, transplantes, entre outros que são lucrativos e a precariedade dos serviços de atenção básica. Disse que o Plenário precisa conscientizar-se que o SUS é privatizado e as OSCIPs são o aprofundamento dessa privatização. Nessa linha, lançou as seguintes indagações: Por que o Estado do Rio Grande do Norte destina ao Hospital de Referência em Doença Infecto-contagiosa, com 120 leitos, R\$ 300 mil/mês e para a OSCIP, que administrava um hospital de pediatria, com 68 leitos, R\$ 700 mil/mês? Por que os salários pagos aos trabalhadores das unidades gerenciadas por OSCIPs são maiores que os do setor público? Afirmou que é necessário avançar para um novo modelo de gestão do setor público na área da saúde mais democrático, transparente e participativo. Enfatizou que era preciso fazer apologia ao modelo de prevenção e promoção, sem deixar de reconhecer a importância dos serviços de alta complexidade. Disse que havia uma grave privatização nas relações profissionais, haja vista as especialidades profissionais que se negam a prestar serviços à saúde pública pelas vias do concurso público. Chamou a atenção para a dificuldade de se conseguir um atendimento na atenção básica, por um lado, e a facilidade de um procedimento de alta complexidade, do outro. Afirmou que esse é o momento de o CNS tomar uma posição definitiva contrária à privatização, de forma a evitar a falência total do SUS. Disse que a proposta do GT era elaborar uma resolução, manifestando a posição contrária do CNS a OSCIP, a ser apresentada na próxima reunião do CNS, garantindo-se a presença do governo, a fim de assegurar que esse documento tenha repercussão. Além disso, informou que estava em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, impetrada pela CNTSS e a OAB, contra as OSCIPs e sugeriu que o CNS também provoque o STF para que tome uma decisão definitiva sobre a matéria. Conselheira **Maria Natividade Santana**, sem prejuízo das propostas de realizar seminário para aprofundar o debate acerca da matéria e de elaborar resolução, manifestando a posição do CNS, propôs que o Plenário aprovasse o documento do GT, tendo em vista que o tema já havia sido objeto de amplo debate no CNS. Finalizou, cumprimentando o GT pela excelência do relatório. Conselheiro **Francisco das Chagas Monteiro** defendeu que o CNS promovesse um seminário, com a finalidade de aprofundar a discussão da matéria e, a partir dos resultados, elaborasse uma resolução, manifestando a sua posição. Conselheiro **Moisés Goldbaum** reforçou a proposta de realização de seminário sobre OSCIPs, com a participação de setores envolvidos, reforçando o caráter técnico do documento, que, do ponto de vista político, está muito bem fundamentado. Conselheiro **Jesus Francisco Garcia** disse que a proposta de realização de seminário não inviabilizava a aprovação do documento e da proposta de elaboração da resolução nos moldes citados. Conselheiro **Francisco das Chagas Monteiro** registrou que não se sentia esclarecido para manifestar-se a respeito do encaminhamento proposto. De tal forma, defendeu que o CNS realizasse o seminário e, em seguida, elaborasse documento, manifestando a posição do Conselho a respeito da matéria. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, explicou que, em discussão anterior a essa, o Plenário havia se manifestado no sentido de realizar oficina para discutir o tema e, em seguida, definir os encaminhamentos necessários. Entretanto, em virtude de problemas de pauta e de agenda, não foi possível realizar a oficina no período que o GT estava trabalhando na elaboração do documento (segundo semestre de 2004). De tal forma, a Comissão de Coordenação Geral (CCG) decidiu pautar a apresentação do documento do GT, tendo em vista que o tema já está na pauta do CNS desde a 12ª Conferência Nacional de Saúde, sem prejuízo de realizar a oficina. Conselheira **Maria Natividade**

Santana perguntou ao GT se a aprovação do documento, em especial as considerações para encaminhamentos, apresentadas na página 17, prejudicava os encaminhamentos apresentados pelos Conselheiros. Em não havendo prejuízo, defendeu a aprovação do relatório na reunião. Conselheiro **Francisco Batista Júnior** explicou que a proposta de encaminhamento do GT ao Plenário era a aprovação do relatório e a afirmação de posição contrária do CNS às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, sem prejuízo da proposta de elaboração de resolução, manifestando essa posição. Endossou a proposta de realização de oficina, envolvendo outros atores, na perspectiva de implementar a resolução do CNS contrária as OSCIPs. Conselheiro **Ciro Mortella** declarou que, a exemplo do Conselheiro **Moisés Goldbaum**, não possuía fundamentos técnicos para posicionar-se a respeito das OSCIPs. Disse que a oficina ou seminário, nos moldes propostos pelo Conselheiro **Moisés Goldbaum**, teria como propósito levantar subsídios para o posicionamento do CNS a respeito da matéria, logo, estaria prejudicada com a aprovação de resolução, manifestando posição contrária do Conselho à temática. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, explicou que o Plenário, na ocasião que tratou da matéria, aprovou dois encaminhamentos: realizar oficina sobre o tema; e compor um GT, com a finalidade de apresentar parecer sobre a matéria. Enfatizou que a aprovação do documento do GT não inviabilizava a realização da oficina e a elaboração de uma resolução do CNS. Conselheiro **Artur Custódio de Sousa** explicou que o debate sobre as Organizações Sociais vinha sendo feito há um tempo pela sociedade e que outras áreas enfrentavam problemas com as OSCIPs. Disse que alguns movimentos sociais estavam sendo forçados a definir se seriam OSs ou OSCIPs e o MORHAN decidiu lutar contra a legislação das Organizações Sociais. Diante dessas considerações, Conselheiro **Jesus Francisco Garcia** colocou em votação a seguinte proposta de encaminhamento: **votar o relatório do GT na reunião. O encaminhamento foi aprovado com 24 votos favoráveis, dois votos contrários e uma abstenção. Na sequência, colocou em votação o relatório do GT, que foi aprovado com 23 votos a favor, um voto contrário e quatro abstenções.** Conselheiro **Moisés Goldbaum** declarou que se absteve da votação, por não possuir elementos técnicos para manifestar-se a respeito da matéria, na ocasião. Em seguida, Conselheiro **Jesus Francisco Garcia** submeteu à apreciação do Plenário a proposta de o GT elaborar uma resolução, com base no documento aprovado, a ser apresentada na próxima reunião do CNS. Conselheiro **Moisés Goldbaum** sugeriu que, antes de elaborar a resolução, o CNS realizasse uma oficina de trabalho para discutir a matéria. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, lembrou que o CNS decidiu que as reuniões ordinárias, até o mês de abril de 2005, teriam três dias de duração, na perspectiva de concluir o debate dos trinta pontos de pauta pendentes. De tal forma, apresentou a sugestão de promover um debate ampliado sobre a matéria, com a participação de convidados e, a partir daí elaborar uma proposta de resolução do CNS. Conselheiro **Moisés Goldbaum** disse que um debate ampliado a respeito da matéria atendia, em parte, a sua proposta. Conselheiro **Crescêncio Antunes Neto** disse que o documento do GT expressa a posição e o pensamento ideológico do Conselho a respeito da matéria. Por outro lado, uma resolução do CNS, manifestando o posicionamento do Conselho, teria de ser cumprida. Por essa razão, defendeu que houvesse um aprofundamento do debate acerca da matéria, antes de elaborar esse documento, para que, de fato, pudesse ser implementado. Conselheiro **Francisco Batista Júnior** lembrou que, a partir da votação anterior, o CNS já tinha uma posição a respeito das OSCIPs. Enfatizou que a resolução do Conselho sobre a matéria não poderia ser uma “letra morta” e, nesse sentido, reconheceu a importância de se realizar uma oficina ampliada, com a participação de diversos atores, para garantir a implementação desse documento. Conselheiro **Artur Custódio Sousa** registrou que vários movimentos discutiram a questão e o MORHAN é contrário as OSCIPs, independente dessa posição ser acatada pelo Governo ou não. De tal forma, enfatizou a importância de o CNS também manifestar, formalmente, a sua posição política a respeito do assunto. Conselheira **Maria Natividade Santana** lembrou, a princípio, que o Ministro da Saúde comprometeu-se a trabalhar junto com o Conselho e a atender as suas deliberações. Reconheceu a dificuldade do governo em promover uma mudança das Políticas Públicas e implementar um novo modelo de gestão da saúde, rompendo com o modelo neoliberal. Contudo, disse que isso não impedia que o CNS avançasse nesse debate e reafirmasse a sua posição. Enfatizou que a aprovação do documento do GT era uma manifestação da posição contrária do CNS as OSCIPs e não impedia a continuidade das discussões acerca da matéria. Além disso, endossou a proposta de realizar a oficina para aprofundar o debate, antes de elaborar a resolução, de forma a negociar uma maneira de garantir o cumprimento da deliberação do CNS. Diante dessas considerações, Conselheiro **Jesus Francisco Garcia** colocou em votação as seguintes propostas de encaminhamento: **1) delegar ao GT a tarefa de elaborar uma minuta de resolução, nos termos do documento aprovado, a ser submetida à apreciação do Plenário, na próxima reunião do CNS. A proposta foi aprovada com 26 votos a favor e uma abstenção. 2) realizar um seminário ou oficina para discutir a operacionalização das ações contidas na Resolução. A proposta foi aprovada, por unanimidade.** Conselheiro **Francisco Batista Júnior** agradeceu os Conselheiros **Eni Carajá Filho** e **André Luiz de Oliveira** e a Secretária-Executiva, em especial a Técnica **Maria Camila Borges Faccenda**, que contribuíram para a elaboração do documento. Definido esse ponto,

foi iniciada a discussão do item 6. **ITEM 6 – EXPEDIENTE: I - Proposta de calendário para as Conferências Temáticas** – A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, lembrou que, na 145ª RO, realizada nos dias 4 e 5 de agosto de 2004, a CCG apresentou a proposta de realizar as Conferências de Saúde do Trabalhador e de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde em 2005, devendo as etapas municipais serem iniciadas em julho de 2005, com prazo de seis meses para serem realizadas, valorizando a análise e a formulação de deliberação e encaminhamentos para a esfera de governo correspondente. As etapas estaduais e nacional deveriam ser realizadas no 1º semestre de 2006, seguindo a mesma estratégia. Com relação à Conferência de Saúde Indígena, lembrou que a proposta era de realizar as etapas distritais também no 2º semestre de 2005 e a etapa nacional no final de 2005 ou início de 2006. Para todos os demais temas, a CCG sugeria a realização de Seminários Nacionais cuja pauta abrangeria as deliberações e temas das 11ª e 12ª Conferências Nacionais de Saúde. Feito esse esclarecimento, abriu a palavra para apresentação de propostas de calendário das Conferências Temáticas, a serem realizadas em 2004 e 2006. **1) GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO** – Conselheira **Maria Natividade Santana** submeteu à apreciação do Plenário a seguinte proposta de calendário para a realização da Conferência Temática de Gestão do Trabalho e Educação: **a)** definição do temário e Decreto de Convocação: fevereiro de 2005; **b)** aprovação do regimento, regulamento e comissão organizadora: março de 2005; **c)** realização das etapas municipais: abril a setembro de 2005; **d)** realização das etapas estaduais: outubro de 2005; e **e)** realização da etapa nacional: 13, 14 e 15 de novembro de 2005. **Não havendo destaques, a proposta foi aprovada por unanimidade.** **2) SAÚDE DO TRABALHADOR** – A Conselheira **Cibele Osório de Mello** e a Secretária-Executiva apresentaram propostas de calendários para a Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador. Após ajustes de datas, foi submetida à apreciação dos Conselheiros a seguinte proposta de calendário: **a)** aprovação do regulamento, regimento, comissão organizadora e documento base: fevereiro a março de 2005; **b)** realização das etapas municipais: abril a setembro de 2005; **c)** realização das etapas estaduais: outubro de 2005; e **d)** realização da etapa nacional: 10, 11 e 12 de novembro de 2005. **A proposta foi aprovada por unanimidade.** **3) SAÚDE INDÍGENA** – Conselheiro **Ary Paliano** informou que a reunião CISI seria realizada nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2005. Feita essa consideração, a Secretária-Executiva do CNS submeteu à apreciação do Plenário a seguinte proposta de calendário para a Conferência Nacional de Saúde Indígena: **a)** aprovação do regimento interno e tema: março de 2005; **c)** realização das etapas locais e distritais: julho a dezembro de 2005; e **d)** realização da etapa nacional: início de março de 2006. **A proposta de calendário foi aprovada por unanimidade.** **3.1) FORMAÇÃO DA COMISSÃO PROVISÓRIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE INDÍGENA** - O Plenário aprovou que a Comissão composta pelos Conselheiros: **Noemy Yamaguishi Tomita; Ary Paliano; Clóvis A. Bouffeur; e Jesus Francisco Garcia**. A FUNASA deverá indicar dois representantes. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, lembrou que os Conselheiros teriam que se dividir para participar das Comissões Organizadoras das Comissões Temáticas de Gestão do Trabalho e Educação e de Saúde do Trabalhador. **II – PROPOSTA DE SEMINÁRIOS NACIONAIS TEMÁTICOS** – A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, apresentou a proposta de realizar seminários nacionais, no mês de agosto de 2005, sobre as temáticas aprovadas na 12ª Conferência Nacional de Saúde e que não realizarão Conferências Nacionais em 2005 e 2006 (Comunicação e Informação; Educação Popular; Saúde da Mulher; DST/AIDS, HCV e Hepatite C; Gestão Participativa; Atenção Básica em Saúde; Educação Popular e Saúde; e Vigilância Sanitária). Esses seminários seriam realizados nos moldes do Seminário Preparatório de Saúde do Trabalhador e teriam por objetivo debater as deliberações das Conferências de Saúde e definir ações políticas para o CNS a respeito dos temas. Conselheiro **Wander Geraldo da Silva** sugeriu que o saneamento básico fosse um dos temas dos seminários nacionais. Conselheiro **Crescêncio Antunes Neto** explicou que a Secretaria de Gestão Participativa realizaria até o mês de março de 2005, no âmbito do Ministério da Saúde, um seminário para discutir o documento “Participa SUS”, visando receber contribuições de todas as instâncias do Ministério, inclusive do CNS. Disse que esse evento poderia ser uma etapa preparatória para o seminário nacional ou para a Conferência de Gestão Participativa. **Após considerações, o Plenário decidiu que essa proposta será apreciada na Reunião Ordinária de fevereiro de 2005.** **A Secretária-Executiva apresentará proposta de calendário para a realização dos seminários nacionais.** **III - REATIVAÇÃO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO DO CNS** – Conselheira **Graciara Matos de Azevedo** disse que a Comissão de Comunicação do CNS, ao ser instituída, possuía como intuito: **a)** assessorar o CNS quanto à formulação e avaliação de políticas e estratégias no campo da saúde, valorizando os princípios da descentralização e do Controle Social; **b)** assessorar o CNS no exame dos conteúdos éticos de comunicação na área de saúde; **c)** estimular e consolidar a democratização do acesso à informação, inclusive no que diz respeito à legislação, orçamento e investimento da comunicação em saúde; e **d)** favorecer a articulação entre os núcleos de pesquisa e ensino, executores de políticas e estratégias de comunicação do SUS. Explicou que a proposta era reativar essa Comissão, ampliando o seu escopo de atuação, a fim de atender aos anseios do Plenário.

Esclareceu que a Comissão de Comunicação da Secretaria-Executiva tem trabalhado no sentido de suprir as necessidades do CNS em relação às questões de informação e comunicação, contudo, essa atuação tem sido feita sem a participação ativa do Plenário do CNS. Na sequência, a responsável pela área de comunicação do CNS, **Alessandra Ximenes**, informou que no planejamento da Secretaria-Executiva foram definidas ações necessárias para aprimorar o setor de comunicação do Conselho, sendo: **a)** analisar e aprimorar os mecanismos existentes de comunicação e informação do Conselho (Boletim, Carta Eletrônica, Informativo e página do CNS); **b)** implementar o jornal do CNS; **c)** investir na compra de novos equipamentos para o setor; **d)** capacitar a equipe de comunicação para apropriação dos novos padrões tecnológicos; **e)** elaborar Projeto Editorial do CNS; **f)** apresentar e discutir o Projeto de Comunicação e Informação do CNS; e **g)** realizar oficinas regionais (norte, sul, sudeste, centro-oeste e nordeste), que teriam por objetivo: incentivar os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde a definirem os seus projetos de comunicação, de forma a possibilitar intercâmbio entre os Conselhos; e apresentar e sensibilizar a adesão dos Conselhos de Saúde para o preenchimento do Cadastro Nacional de Conselhos de Saúde, que será implementado a partir do mês de março de 2005. Informou, ainda, que no Fórum Social Mundial de Saúde será distribuída edição especial do Jornal do CNS, apresentando matérias sobre as principais atividades do Conselho no último período. Conselheira **Graciara Matos de Azevedo** retomou a palavra para esclarecer que a Comissão de Comunicação e Informação do CNS teria como papel inicial a elaboração de Proposta de Política de Comunicação e Informação para o Conselho e a sugestão era que a sua composição fosse definida nos moldes das demais comissões do CNS. Conselheira **Rosane Maria Nascimento** disse que era preciso definir o papel da Comissão de Comunicação e Informação do CNS, para em seguida, ser definida a sua composição. **Diante dessas considerações, foi acordado que, na Reunião Ordinária de fevereiro de 2005, a Conselheira Graciara Matos de Azevedo e a responsável pela área de comunicação do CNS, Alessandra Ximenes, farão uma apresentação para subsidiar a definição da proposta de trabalho e a composição da Comissão de Comunicação do CNS.**

**IV - DIA MUNDIAL DA SAÚDE 2005 –** A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, submeteu à apreciação do Plenário a proposta de programação e calendário de atividades do Dia Mundial da Saúde 2005, cujo tema é “O SUS é para todos”: **1) fevereiro:** **a)** distribuição em todo o Brasil de folder nacional sobre os direitos dos usuários no SUS; **b)** divulgação e mobilização pela participação na Semana Nacional do Dia Mundial da Saúde; **c)** abertura de concurso, em conjunto com o Ministério da Educação, para estudantes da Rede Pública do Ensino Fundamental, sobre o tema “O que de bom o SUS já realizou em minha vida”; **2) março:** mobilização e articulação para a realização da Semana Nacional do Dia Mundial da Saúde; **3) abril de 2005:** **a)** Dia 2 de abril, sábado: abertura nacional nos estados, com representantes do CNS, articulada com os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, CONASS, CONASEMS, Plenária Nacional de Conselhos de Saúde e Ministério da Saúde; atividades esportivas em conjunto com o Projeto “Saúde Brasil”; e pronunciamento do Ministro da Saúde em Rede Nacional; **b)** Dia 3 de abril, domingo: ação ecumênica, para que todas as religiões divulguem, nesse dia, a programação da Semana Nacional do Dia Mundial da Saúde, com distribuição de material; contato direto com a população por meio da distribuição do Folder Nacional e materiais locais nos parques, praças e em todos os espaços públicos possíveis, pelos conselheiros e militantes do SUS em todo o Brasil, falando e explicando sobre o direito dos cidadãos no SUS; e atividades esportivas em conjunto com o Projeto “Saúde Brasil”; **c)** Dia 4 de abril, segunda-feira: atividades nas escolas articuladas com o Ministério da Educação, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e Educação, com a participação dos Conselhos de Saúde sobre o tema da Semana; instalação no Congresso Nacional de exposição de experiências exitosas sobre a saúde no Brasil; Programas na TV Câmara e TV Senado; e instalação de Sistema de Informação, pelo DATASUS, sobre a aplicação de verbas do SUS nas três esferas de governo; **d)** Dia 5 de abril, terça-feira: reunião do Conselho Nacional de Saúde com os Conselhos Nacionais da Esplanada e do Ministro da Saúde com os demais Ministros sobre o tema “o SUS é para todos”; **e)** Dia 6 de abril, quarta-feira: reunião sobre a semana e EC nº 29 com os Presidentes da Câmara e do Senado, Comissão de Seguridade Social e Família, Comissão de Assuntos Sociais e CNS; e **f)** Dia 7 de abril, quinta-feira: atividades com o Presidente da República; entrega do prêmio do concurso; e fala do Presidente sobre o tema da Semana: “O SUS é para todos” e o papel de cada esfera de gestão. Além dessas, destacou que estavam previstas as seguintes iniciativas: inserção a respeito do evento na mídia (TV, rádio, jornais) durante toda a semana e em todo o Brasil; lançamento, no dia 7 de abril, de instrumento de fiscalização direta nos serviços do SUS, pelos usuários; divulgação, durante a semana, da Semana Nacional do Dia Mundial de Saúde nos terminais do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal; e assinatura do Decreto, no dia 7 de abril, instituindo a Semana da Saúde, de 2 a 7 de abril. Na sequência, apresentou um informe sobre o Projeto “Saúde Brasil” – Faça exercícios e viva melhor, que consiste em uma iniciativa do Ministério da Saúde, visando a realização de campanha nacional pela prática de atividades físicas e alimentação saudável. Apresentou o calendário de atividades do Programa, que seria lançado em 20 de fevereiro de 2005, com eventos simultâneos em doze capitais e caminhada com o Presidente da República em Brasília, acompanhado de personalidades

e convidados. Conselheira **Vera Marques Dantas** sugeriu que o tema da Organização Mundial de Saúde 2005 “Mortalidade Materna e Infantil” fosse tratado no Dia Mundial da Saúde. Além disso, sugeriu que fossem consideradas na programação as iniciativas dos estados e municípios de incentivo à atividade física e à alimentação saudável. Conselheira **Maria Leda de R. Dantas** manifestou preocupação com a proposta do Projeto “Saúde Brasil”, por entender que consistia em um cenário perfeito para *marketing* de produtos e serviços de saúde e não tinha real relação com a saúde do povo brasileiro. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, explicou que não estava submetendo o Projeto “Saúde Brasil” à apreciação do CNS, mas sim apresentando um informe, diante da proposta de realização de atividades esportivas, na Semana Nacional do Dia Mundial da Saúde (nos dias 2 e 3 de abril), em parceria com o Projeto. Conselheira **Rosane Maria Nascimento** manifestou satisfação com o fato de o Projeto “Saúde Brasil” tratar da questão do estímulo à atividade física e à alimentação saudável, em face da situação epidemiológica da obesidade da população brasileira. Contudo, ponderou que, se o Plenário optasse por articular as atividades do Dia Mundial da Saúde com o Projeto, era preciso pautar o seu debate, tendo em vista que, da maneira como estava proposto, não atende aos princípios do SUS. A técnica da Secretaria-Executiva do CNS, **Adalgiza Balsemão**, explicou que o objetivo principal da Semana Nacional do Dia Mundial da Saúde era estimular as várias instâncias de Controle Social a divulgarem à população, em todos os espaços, os direitos dos usuários do SUS. Conselheira **Neimy Batista** manifestou preocupação com o fato de contemplar na programação do Dia Mundial da Saúde o Programa “Saúde Brasil”, que, apesar de tratar de um tema de extrema importância, apresenta elementos, na sua programação, que são incoerentes com os princípios e diretrizes do SUS. Conselheiro **Augusto Alves do Amorim** cumprimentou o CNS pela iniciativa de ter escolhido “a divulgação dos direitos dos usuários do SUS” como tema do Dia Mundial da Saúde e o Ministério da Saúde pela proposição do Projeto “Saúde Brasil”, por entender que trariam benefícios à saúde da população brasileira. Conselheiro **Artur Custódio de Sousa** propôs que o Projeto “Saúde Brasil” fosse pautado para debate no CNS, convidando os seus responsáveis, a fim de serem ajustadas as distorções. Conselheiro **Wander Geraldo da Silva** disse que não entendia que o Projeto “Saúde Brasil” fosse contrário aos princípios do SUS, tendo em vista que o governo, para a promoção de atividades, poderia contar com o patrocínio de empresas, o que não interferiria no conceito de saúde pública. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, disse que o Plenário teria de se manifestar sobre a proposta de programação da Semana Nacional do Dia Mundial da Saúde, a fim de possibilitar a elaboração do material do evento, em especial do Folder Nacional, que deveria ser enviado a estados e municípios até o final de fevereiro de 2005. Conselheira **Graciara Matos de Azevedo** sugeriu que o CNS tentasse viabilizar que um parlamentar da área da saúde fizesse uma fala sobre a Semana Nacional do Dia Mundial da Saúde durante a sessão ordinária no Congresso Nacional. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, disse que seria importante realizar reuniões com os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para tratar sobre o evento. **Após essas considerações, o Plenário aprovou, por unanimidade, a proposta de programação da Semana Nacional do Dia Mundial da Saúde, com destaque para as atividades em conjunto com o Projeto “Saúde Brasil” e a importância de ser feita apresentação desse Projeto ao Plenário do CNS. Será realizada reunião para a preparação do folder nacional e demais materiais do evento.**

**V – RECOMENDAÇÃO A RESPEITO DO PROJETO DE LEI Nº 3.268/04, QUE DISPÕE SOBRE ACOMODAÇÃO PARTICULAR DE PACIENTES NO ÂMBITO DO SUS** - A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, lembrou que, na última reunião do CNS, apresentou o Projeto de Lei nº 3.268/04, que dispõe sobre acomodação particular de pacientes no âmbito do SUS. Destacou que, na ocasião, o Plenário posicionou-se contrário ao Projeto e deliberou por solicitar ao Congresso Nacional a suspensão da sua tramitação e por elaborar uma minuta de resolução, com base nos debates anteriores a respeito da matéria. Informou que o Projeto foi aprovado na Comissão de Seguridade Social e, no momento, encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça. Feitos esses esclarecimentos, submeteu à apreciação do Plenário uma minuta de Resolução que manifesta a posição contrária do CNS ao Projeto de Lei nº 3.268/04; solicita sua rejeição na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional; e indica que seja dada ampla divulgação à Resolução, como forma de esclarecer aos Conselhos Estaduais de Saúde, Conselhos Municipais de Saúde e à população brasileira a posição do CNS a respeito do referido Projeto, com vistas a sua não aprovação. Feita a apresentação, perguntou se havia discordância a respeito da minuta. Conselheiro **Francisco das Chagas Monteiro** informou que levou o tema para ser discutido no Conselho Federal de Medicina e solicitaria à Federação Nacional dos Médicos que também debatesse a matéria. Disse que era preciso ponderar a real situação do SUS para posicionar-se a respeito de qualquer matéria. Falou, por exemplo, sobre o INCOR e o Hospital Universitário do Rio Grande do Sul, dois dos principais hospitais de referência do SUS, que possuíam “três portas de entrada” e destacou, também, o fato de os funcionários públicos possuírem planos de saúde e não utilizarem o SUS. Disse que era preciso defender o SUS, acabando com as três portas de entrada e com as alas particular e privado dos hospitais públicos, mas era preciso ponderar a real situação do SUS para tomar atitudes. Considerando que o tema foi discutido

na última reunião, a Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, colocou em votação a minuta de Resolução a respeito do PL nº 3.268/04, nos termos apresentados. **A minuta de Resolução foi aprovada com vinte votos a favor, um voto contrário e uma abstenção.** Conselheiro **Luiz Fernando C. Silva** solicitou que fosse registrado, em ata, o seu voto contrário à minuta da Resolução. **ITEM 7 – COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA (CONEP/CNS)** - Conselheiro **Willian Saad Hossne**, coordenador da CONEP/CNS, submeteu à apreciação do Plenário duas minutas de resolução que versam sobre as seguintes matérias: **1) define nova regulamentação para tramitação de projetos de pesquisa multicêntricos no sistema CEPs – CONEP/CNS; e 2) define diretrizes para análise ética de projetos de pesquisa que envolva armazenamento de materiais ou uso de materiais armazenados em pesquisas anteriores.** Explicou que a primeira minuta de resolução foi elaborada com base na experiência acumulada na CONEP, visando definir uma tramitação simplificada dos projetos de pesquisas multicêntricos no sistema CEPs – CONEP. Disse que essa minuta revoga a regulamentação de 8 de agosto de 2002 da Resolução do CNS nº 292/99, sobre delegação para pesquisas com cooperação estrangeira, mantendo-se a Resolução nº 292/99, na íntegra. De tal forma, todos os projetos de cooperação estrangeira teriam que ser apreciados pela CONEP/CNS. Disse que essa proposta de regulamentação foi apresentada aos vários comitês e recebeu contribuições. **Feitos esses esclarecimentos, colocou em votação a minuta de resolução que define nova regulamentação para tramitação de projetos de pesquisa multicêntricos, que foi aprovada por unanimidade.** Em relação à segunda minuta de resolução, informou que cria condições para a utilização de material biológico coletado no âmbito dos projetos de pesquisas, com alguns cuidados, aprimorando o sistema já utilizado e visa assegurar todos os direitos do sujeito da pesquisa. Explicou que a minuta foi colocada sob consulta pública e recebeu contribuições da sociedade civil. **Após a apresentação, colocou em votação a minuta de resolução que define diretrizes para análise ética de projetos de pesquisa que envolva armazenamento de materiais ou uso de materiais armazenados em pesquisas anteriores, que foi aprovada, por unanimidade.** **ITEM 8 – COMISSÃO INTERSETORIAL DE SAÚDE MENTAL (CISM/CNS)** - Conselheira **Vera Lúcia Marques de Vita**, coordenadora da CISM/CNS, submeteu à apreciação do Plenário quatro minutas de recomendação da CISM/CNS. A primeira, recomendando que fosse aprovada a realização da IV Conferência Nacional de Saúde Mental com previsão para o primeiro semestre de 2006, que não foi aprovada. **A segunda, recomendando que o CNS faça gestão com os órgãos formadores de profissionais de saúde para que haja exigência nos programas mínimos de formação teórica e treinamento prático nos serviços substitutivos, visando uma formação permanente para os profissionais do futuro, conscientes de sua tarefa interdisciplinar, que foi aprovada, por unanimidade.** A terceira recomendação, propondo que seja atribuída a CISM/CNS a missão de fiscalizar o andamento dos trabalhos e sugerir ações que possibilitem a implementação mais rápida e eficaz do Programa “De Volta para Casa”, em todo território nacional. Essa foi aprovada, por unanimidade, com o seguinte adendo: a Secretaria Executiva do CNS fará pesquisa sobre as comissões do Ministério da Saúde que tratam sobre saúde mental, para um trabalho integrado com a CISM. A quarta, aprovada por unanimidade, recomenda que a Área Técnica de Saúde Mental do Ministério da Saúde elabore e distribua um manual contendo os direitos dos usuários de saúde mental e delega a CISM/CNS a tarefa de apreciá-lo, submetendo à aprovação do Plenário do CNS, para depois, ser divulgado. Além disso, foi definido que o tema saúde mental será incluído no rol de temas que foram aprovados na 12ª Conferência Nacional de Saúde e que não realizarão conferências nacionais em 2005 e 2006, a fim de ser realizado seminário nacional em 2005. **ITEM 9 – COMISSÃO INTERSETORIAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (CICT/CNS) – Apresentação do relatório de atividades – Item não apresentado.** **ITEM 10 – RECOMENDAÇÃO DO GT AIDS** – A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, apresentou a minuta de recomendação, elaborada pelo GT AIDS, para a realização de Seminário de DST/AIDS e Controle Social no SUS, **que foi aprovada nos seguintes termos: que os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde se articulem com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e com as Coordenações Estaduais e Municipais de AIDS para que, em conjunto, promovam a realização do Seminário de DST/AIDS e Controle Social no SUS nos vinte e seis Estados e no Distrito Federal, buscando o envolvimento e a participação de outros segmentos organizados da sociedade civil para o fortalecimento da descentralização e da fiscalização das ações.** **ITEM 11 – INFORMES E INDICAÇÕES – Informes:** **1) O deputado Roberto Gouveia** enviou uma nota ao CNS posicionando-se contra o PL nº 3.268/04, que permite aos usuários do SUS optarem por acomodações particulares, e informa que vai recorrer ao plenário da Câmara dos Deputados para que o projeto seja apreciado pela Casa antes de ir ao Senado. O Conselho Estadual do Rio Grande do Sul também enviou a Resolução nº 21/04, manifestando-se contrário à matéria do referido Projeto. **2) A oficina sobre Controle Social, a ser promovida pelo Conselho Nacional de Saúde durante o Fórum Social Mundial, foi agendada para o dia 30 de janeiro, em Porto Alegre-RS.** **3) O prazo de inscrição para apresentações de trabalhos e monografias no VI Congresso Nacional da Rede Unida encerra-se no dia 21 de fevereiro de 2005.** O evento acontecerá de 2 a 5 de julho de 2005, em Belo Horizonte e os interessados poderão obter



maiores informações na página [www.icaroeventos.com.br](http://www.icaroeventos.com.br) ou pelo endereço eletrônico [icarodir@superig.com.br](mailto:icarodir@superig.com.br). 4) A Secretaria Estadual de Saúde do Espírito Santo encaminhou, para conhecimento, o Plano Estadual de Saúde (2004-2007). O documento foi aprovado pelo Conselho Estadual de Saúde no dia 17 de dezembro de 2004 e encontra-se disponível para consulta na Secretaria-Executiva do CNS. 5) A Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde encaminhou relatório sobre a situação epidemiológica e as atividades realizadas pela Secretaria no Programa Nacional de Controle da Dengue. O relatório encontra-se disponível para consulta no CNS. 6) A Agende - Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento – enviou uma avaliação positiva sobre a campanha "16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres", iniciada em 10 de dezembro de 2004 (Dia Internacional dos Direitos Humanos) e encerrada oficialmente no dia 15 de dezembro de 2004. 7) A Diretoria Municipal de Saúde de Herculândia-SP enviou fotos de divulgação da "Campanha do Laço Vermelho", realizada nos PSFs I e II do Município. 8) O Conselho Municipal de Saúde de Corumbá-MT enviou cópia do ofício encaminhado ao novo Secretário de Saúde, Martins Gonzáles, parabenizando pela posse no cargo e convidando para estabelecer o diálogo com o Conselho. 9) Conselheiro **Gerônimo Paludo**, integrante da COFIN/CNS, informou que foi distribuído o relatório da última reunião da Comissão, realizada no dia 5 de janeiro de 2005, que tratou dos seguintes temas: **a)** Análise da Execução Orçamentária do 4º trimestre de 2004 (SPO/MS e COFIN/CNS); **b)** Acompanhamento da Execução Orçamentária 2005, segundo o Plano Nacional de Saúde e Análise dos valores correspondentes da adequação da Proposta Orçamentária de 2005 ao Plano Nacional de Saúde; **c)** Regulamentação da EC nº 29 - tramitação do Projeto de Lei nº 1, de 2003; e **d)** Informes gerais e informes do SIOPS. Explicou que o relatório apresenta a situação de resposta dos municípios ao SIOPS, em 31 de dezembro de 2004 e a situação de cumprimento da EC nº 29 pelos municípios até 20 de dezembro de 2004. Disse que, considerando o relatório apresentado pelo Ministério da Saúde a respeito da execução orçamentária no 4º semestre, pois os lançamentos orçamentários de 2004 estão sendo concluídos, não houve a possibilidade de analisar a execução orçamentária do 4º trimestre. Assim sendo, essa análise será feita na próxima reunião da COFIN/CNS marcada para o dia 3 de fevereiro. Disse que foi feita a apresentação da Proposta Orçamentária de 2005 adequada ao Plano Nacional de Saúde e foi informado que a compatibilização dos valores da Proposta Orçamentária de 2005 com o Plano Nacional de Saúde está em fase de conclusão, devendo ser apresentado na reunião do CNS dos dias 11, 12 e 13 de janeiro. 10) A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, informou que o Conselheiro **Alexandre de Oliveira Fraga** está deixando o CNS para assumir a direção de um hospital psiquiátrico no Município de Cariacica. O Plenário homenageou o Conselheiro como uma salva de palmas. Além disso, informou que o Conselheiro **André Luiz de Oliveira** também havia se desligado do Conselho por ter assumido o cargo de Secretário Municipal de Saúde de Uberlândia. *Indicações:* 1) 2º Colóquio sobre Gestão de Recursos Humanos do SUS – Local: Corumbá – MT – Data: fevereiro de 2005. Solicita a participação de um membro da CIRH, sugerindo o nome da Sra. **Conceição Resende**. 2) Encontro Nacional de Manifestações Artísticas pela eliminação da hanseníase, no dia 18 de janeiro de 2005, na cidade do Rio de Janeiro. *Indicação:* Conselheira **Maria Leda de R. Dantas**. Conselheira **Maria Leda de R. Dantas** fez algumas considerações a respeito da tragédia ocorrida no Sul Ásia e chamou a atenção para a mobilização e ações de vários países para ajudar, de alguma forma, as áreas atingidas. Perguntou o que o CNS poderia fazer, enquanto instância de articulação a respeito dessa questão. Além disso, enfatizou a necessidade de o Dia Mundial da Saúde tratar de matérias relativas à saúde da população mundial. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, falou que esse assunto seria tratado, de alguma forma, no Fórum Social Mundial da Saúde. Assim, sugeriu que, posteriormente, também fosse tratado no CNS. **ENCERRAMENTO** – Nada mais havendo a tratar, a Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, encerrou os trabalhos. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: *Aos onze dias do mês de janeiro de dois mil e cinco:* **Titulares:** **Alexandre de Oliveira Fraga**, **Carlos Alberto E. Duarte**, **Augusto Alves de Amorim**, **Cibele G. de Mello Osório**, **Crescêncio Antunes da S. Neto**, **Francisco Batista Júnior**, **Francisco das Chagas D. Monteiro**, **Graciara Matos de Azevedo**, **Jesus Francisco Garcia**, **Luiz Augusto Ângelo Martins**, **Luiz Fernando C. Silva**, **Maria Helena Baumgarten**, **Maria Leda de R. Dantas**, **Moisés Goldbaum**, **Rosane Maria Nascimento da Silva**, **Silvia Marques Dantas**, **Volmir Raimondi** e **Wander Geraldo da Silva**. *Suplentes:* **Ary Paliano**, **Artur Custódio M. de Sousa**, **Ciro Mortella**, **Cleuza de Carvalho Miguel**, **Fernando Luiz Eliotério**, **Geusa Dantas Lelis**, **Izaac Fernandes**, **João Donizeti Scaboli**, **José Caetano Rodrigues**, **Júlio Strubing M. Neto**, **Luiz Gonzaga Araújo**, **Maria Irene M. Magalhães**, **Maria Thereza M. de Carneiro Rezende**, **Mauro Fernando Schmidt**, **Neimy Batista da Silva** e **Noemy Yamaguishi Tomita**. *Aos doze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e cinco.* **Titulares:** **Carlos Alberto E. Duarte**, **Augusto Alves de Amorim**, **Crescêncio Antunes da S. Neto**, **Francisco Batista Júnior**, **Francisco das Chagas D. Monteiro**, **Graciara Matos de Azevedo**, **Jesus Francisco Garcia**, **Luiz Augusto Ângelo Martins**, **Luiz Fernando C. Silva**, **Maria Helena Baumgarten**, **Maria Leda de R. Dantas**, **Moisés Goldbaum**, **Rosane Maria Nascimento da Silva**, **Rui Barbosa da Silva**, **Silvia Marques Dantas**, **Volmir Raimondi** e **Wander Geraldo da Silva**. *Suplentes:* **Ary Paliano**, **Artur**

1826 Custódio M. de Sousa, Ciro Mortella, Cleuza de Carvalho Miguel, Fernando Luiz Eliotério, Gerônimo  
 1827 Paludo, Geusa Dantas Lelis, Izaac Fernandes, João Donizeti Scaboli, Júlio Strubing M. Neto, Maria Irene  
 1828 M. Magalhães, Maria Thereza M. de Carneiro Rezende, Mauro Fernando Schmidt, Neimy Batista da  
 1829 Silva e Noemy Yamaguishi Tomita. *Aos treze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e cinco.*  
 1830 *Titulares:* Augusto Alves de Amorim, Cibele G. de Mello Osório, Crescêncio Antunes da S. Neto,  
 1831 Francisco das Chagas D. Monteiro, Graciara Matos de Azevedo, Jesus Francisco Garcia, Luiz Augusto  
 1832 Ângelo Martins, Luiz Fernando C. Silva, Maria Helena Baumgarten, Maria Leda de R. Dantas, Maria  
 1833 Natividade G. S. T. Santana, Moisés Goldbaum, Rosane Maria Nascimento da Silva, Rui Barbosa da  
 1834 Silva, Silvia Marques Dantas, Volmir Raimondi, Wander Geraldo da Silva e William Saad Hossne.  
 1835 *Suplentes:* Ary Paliano, Artur Custódio M. de Sousa, Ciro Mortella, Cleuza de Carvalho Miguel,  
 1836 Fernando Luiz Eliotério, Gerônimo Paludo, Geusa Dantas Lelis, Izaac Fernandes, João Donizeti Scaboli,  
 1837 Maria Irene M. Magalhães, Maria Thereza M. de Carneiro Rezende, Mauro Fernando Schmidt, Neimy  
 1838 Batista da Silva, Noemy Yamaguishi Tomita e Vera Lúcia Marques de Vita.